



CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVIÇOS 037/2025 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 1725/2025, QUE ENTRE SI FIRMAM O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEBRAE-SP E A FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO.

QUADRO INFORMATIVO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para subsidiar o SEBRAE-SP na análise, avaliação e julgamento de iniciativas de implementação de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, no escopo do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora XIII Edição 2025/2026, contemplando as fases de habilitação, pré-seleção, visitas técnicas e julgamento.
- 2. VIGÊNCIA:** **12 (doze)** meses, contados da data da conclusão das assinaturas dos representantes legais das partes, podendo ser prorrogada, a critério do SEBRAE-SP, conforme disposições do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.
- 3. VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R\$ 1.056.240,00 (um milhão, cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta reais).

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEBRAE-SP**, com sede na Rua Vergueiro, 1.117, Paraíso, CEP: 01.504-001, São Paulo/SP, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 43.728.245/0001-42, neste ato representado por seu Diretor-Superintendente, **NELSON DE ALMEIDA PRADO HERVEY COSTA**, por seu Diretor Técnico, **MARCO ANTONIO SCARASATI VINHOLI**, e por seu Diretor de Administração e Finanças, **REINALDO PEDRO CORREA**.

CONTRATADA: **FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**, com endereço na Rua General Jardim, nº 522, bairro Vila Buarque, CEP: 01223-010, inscrita no CNPJ sob o nº 63.056.469/0001-62 neste ato representada por seu Diretor Geral, Angelo Del Vecchino e por seu Diretor Tesoureiro, Ricardo Pereira da Silva.

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação rege-se pelo **Art. 13**, inciso VIII, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae – RLCSS – Resolução CDN nº 493/2024.



CLÁUSULAS CONTRATUAIS

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Por meio do presente instrumento, a CONTRATADA se obriga a fornecer ao CONTRATANTE os bens e/ou serviços especificados na proposta comercial, no Termo de Referência e demais ANEXOS deste contrato, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste instrumento e respectivos anexos:

2.1.1. Entregar o objeto do contrato previsto na cláusula primeira dentro dos prazos, quantidades, características, detalhamentos e níveis estabelecidos;

2.1.2. Prestar garantia e assistência técnica conforme disposto no Termo de Referência e no Termo de Garantia Técnica, se for o caso;

2.1.3. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais e municipais pertinentes;

2.1.4. Responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, pela ação ou omissão total ou parcial, inclusive por quaisquer ações judiciais relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

2.1.5. Efetuar o pagamento de todos os tributos, seguros, obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, societárias ou outras incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o seu recebimento definitivo, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato, comprovando, a qualquer momento, os respectivos pagamentos que incidirem sobre a execução.

2.1.6. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos, com os valores contratados;



2.1.7. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

2.1.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução contratual, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

2.1.9. Prestar informações e esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação, e atender às solicitações e determinações do CONTRATANTE.

2.1.10. Apresentar cópia das alterações estatutárias;

2.1.11. Designar formalmente profissional que seja responsável pelo relacionamento estratégico com o CONTRATANTE, com autonomia para tomada de decisões que impactem no bom andamento dos serviços, informando no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato o e-mail, telefone fixo e móvel e nome do respectivo responsável, mantendo ativos e operacionais os meios de comunicação pelos quais serão realizadas as interações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

2.1.12. Entregar ao gestor do Contrato o Termo de Recebimento Provisório, se exigível;

2.1.13. Disponibilizar e fornecer todas as condições necessárias para o CONTRATANTE supervisionar, fiscalizar, avaliar e auditar o cumprimento do objeto deste contrato, sob os aspectos técnico, administrativo e financeiro;

2.1.14. Providenciar as exigências previstas neste instrumento e demais documentos integrantes deste contrato, respeitando os prazos previstos, sendo certo que este prazo não se confunde com a execução do contrato;

2.1.15. Registrar em relatórios de atendimento todas as reuniões de serviço entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, devendo ser enviados ao CONTRATANTE até o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a realização do contato e/ou reunião, podendo o CONTRATANTE solicitar a necessária correção, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório;

2.1.16. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;



2.1.17. Não caucionar ou utilizar este contrato em qualquer operação financeira, salvo com anuência do CONTRATANTE;

2.1.18. Não utilizar a marca SEBRAE ou qualquer material desenvolvido pelo CONTRATANTE, salvo quando necessário a execução do objeto contratual, mediante autorização prévia;

2.1.19. Administrar e executar todos os contratos firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e o próprio CONTRATANTE;

2.1.20. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária com relação a seus funcionários, e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados;

2.1.21. Reparar prontamente os danos ou avarias causadas por seus funcionários ou terceiros, aos bens do CONTRATANTE ou de terceiros, podendo o CONTRATANTE exercer o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial;

2.1.22. Caso o Termo de Referência expressamente autorize a subcontratação, esta não poderá abranger a totalidade dos serviços objeto deste contrato, sendo admitida apenas em relação a serviços específicos e às expensas e riscos da CONTRATADA. Os limites da subcontratação serão estabelecidos no Termo de Referência, e sua formalização estará condicionada à prévia e expressa autorização escrita do CONTRATANTE, inclusive para substituição de qualquer subcontratação. A subcontratação não isentará a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas neste CONTRATO, permanecendo íntegra e inalterada a responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento de todos os serviços, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor ou transferir para o CONTRATANTE nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.

2.2. São obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas neste instrumento e respectivos anexos:

2.2.1. Designar um funcionário como gestor do contrato e que servirá de contato junto à CONTRATADA para gestão, acompanhamento e esclarecimentos que porventura se fizerem necessários durante a vigência contratual;

2.2.2. Comunicar, por escrito, toda e qualquer orientação acerca do objeto contratado, excetuados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias úteis;

2.2.3. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações, proporcionando as condições que se fizerem necessários à execução do objeto;



2.2.4. Vistoriar os produtos e/ou serviços conforme sua necessidade e conveniência;

2.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, nos aspectos técnico, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim;

2.2.6. Monitorar o prazo, quantidade, qualidade, e níveis dos produtos e/ou serviços, conforme o caso, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam comprovadamente em desacordo com o contratado, reservando-se ao direito de suspender o pagamento até que o objeto seja executado em conformidade com o contratado;

2.2.7. Notificar, formalmente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, possibilitando a CONTRATADA a regularização de tais pontos;

2.2.8. Solicitar a substituição de qualquer empregado e/ou preposto da CONTRATADA, desde que devidamente fundamentado, quando o objeto do contrato for a prestação de serviços e for verificada a falta de qualificação, zelo e dedicação na execução das tarefas, ou outros comportamentos que prejudiquem as atividades e resultados, objeto deste instrumento;

2.2.9. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1. As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais necessários para a execução do presente contrato em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e com as orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

3.1.1. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar evidências documentadas da conformidade de suas atividades de tratamento de dados pessoais com a LGPD, tais como: Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais, Política de Segurança da Informação, Política de Respostas à Incidentes de Segurança da Informação, canal de atendimento ao titular de dados pessoais e documento de nomeação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO).

3.1.2. A CONTRATADA compromete-se a indicar Encarregado de Dados ou pessoa responsável por responder a avaliação de fornecedores (“*due diligence* LGPD”) do CONTRATANTE, sem prejuízo de submeter-se a auditoria para atestar a conformidade dos tratamentos dos dados pessoais, a critério exclusivo do CONTRATANTE.



3.2. A CONTRATADA está autorizada a utilizar os dados pessoais acessados exclusivamente para cumprir com o objeto deste contrato, cumprir com obrigações legais e para defesa em processos judiciais e administrativos, caso seja necessário.

3.2.1. No caso de descumprimento deste dever pela CONTRATADA esta assumirá a posição de controladora dos dados pessoais, nos termos da LGPD, assumindo integral e exclusiva responsabilidade pelo tratamento dos dados pessoais, devendo manter o CONTRATANTE totalmente isento de quaisquer ônus, reclamações, processos, sanções e condenações decorrentes desses tratamentos.

3.3. A CONTRATADA está proibida de usar as informações pessoais que tiver acesso em razão do contrato em questão para: (i) interesse próprio, (ii) enriquecimento de sua base de dados, (iii) execução de contratos firmados com terceiros e (iv) divulgação dos seus produtos e serviços, sob pena de multa por violação contratual, notificação para a ANPD-Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, além da obrigação de indenizar todos os prejuízos causados ao Sebrae por violação desta obrigação.

3.4. Estando autorizada a subcontratação no respectivo Termo de Referência (TR), a CONTRATADA está autorizada a compartilhar os dados pessoais com seus subcontratados apenas quando delegar a execução de alguma das etapas do contrato firmado com o CONTRATANTE.

3.4.1. A CONTRATADA deve informar o CONTRATANTE os seus subcontratados. Deve ser compartilhado o mínimo necessário para cumprir com a etapa a ser executada pelo subcontratado.

3.4.2. É dever da CONTRADADA garantir a confidencialidade e segurança deste compartilhamento, bem como instruir, exigir e fiscalizar o subcontratado para que este também observe todas as regras e limitações determinadas neste instrumento.

3.4.3. A CONTRATADA assume a responsabilidade pela violação deste instrumento, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD) e das orientações da ANPD -Autoridade Nacional de Proteção de dados Pessoais- cometidas por seus subcontratados durante o tratamento dos dados pessoais compartilhados pelo Sebrae.

3.5. As partes comprometem-se a prestar mútuo auxílio para atenderem os direitos dos titulares de dados pessoais dentro do prazo legal.

3.6. Na ocorrência de incidentes envolvendo as informações pessoais dos clientes do CONTRATANTE, a CONTATADA deverá comunicar o CONTRATANTE no prazo de 48 horas, a contar do conhecimento do incidente. Esta comunicação deverá conter todos os elementos



do §1º art. 48, LGPD e as orientações da ANPD. A comunicação deve ser encaminhada para o/a Encarregado(a) de Dados Pessoais do CONTRATANTE (dpo@sebraesp.com.br).

3.6.1. Considera-se incidente o evento que comprometa a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados pessoais, decorrente de ações voluntárias ou acidentais, que resultem em divulgação, alteração, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais, independentemente do meio em que estão armazenados.

3.7. Qualquer violação à lei protetiva dos dados pessoais, não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais/LGPD, e às orientações da ANPD -Autoridade Nacional de Proteção de Dados – praticada pela CONTRATADA sujeita-se a rescisão imediata do contrato por culpa exclusiva desta, multa por descumprimento contratual e ao ressarcimento de todos os prejuízos materiais e morais causados ao CONTRATANTE.

3.8. Encerrado o contrato entre as partes, a CONTRATADA está proibida de manter os dados pessoais no seu ambiente, inclusive backup e ambientes externos, exceto o eventualmente necessário para o cumprimento de obrigações legais e a defesa em processos judiciais e administrativos. As informações devem ser descartadas de forma segura e definitiva, com técnicas que impeçam a sua recuperação tão logo sejam superadas as finalidades que legitimam o seu armazenamento.

3.8.1. Se solicitado, a CONTRATADA deverá fornecer declaração que ateste o descarte dos dados, as técnicas utilizadas e os ambientes físicos e tecnológicos que passaram pelo processo de descarte definitivo.

3.9. É parte integrante deste contrato as obrigações previstas no respectivo Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

4.1. Consideram-se "Informações Confidenciais" todas as informações, dados, documentos, comunicações e conhecimentos técnicos ou comerciais de qualquer natureza, fornecidos, comunicados, transmitidos ou revelados por uma das partes contratantes à outra, seja de forma verbal, escrita, eletrônica, por fax, desenhos, gráficos ou qualquer outra forma de transmissão, que se refiram, direta ou indiretamente, às atividades, operações, processos, métodos, técnicas, produtos, serviços, estratégias, planos de negócios, know-how, estudos, pesquisas, desenvolvimentos, invenções, patentes, marcas, logotipos, direitos autorais, informações financeiras, comerciais ou técnicas, e qualquer outra informação de propriedade ou interesse da parte reveladora.

4.2. A parte receptora se compromete a:



4.2.1. Utilizar as Informações Confidenciais exclusivamente para os fins para os quais foram fornecidas ou comunicadas;

4.2.2. Manter as Informações Confidenciais em estrito sigilo e não as divulgar, reproduzir, copiar, publicar ou compartilhar, seja de forma parcial ou total, com terceiros, sem o prévio consentimento escrito da Parte reveladora;

4.2.3. Empregar todos os esforços razoáveis para proteger as Informações Confidenciais, garantindo sua segurança e evitando sua divulgação não autorizada, inclusive por terceiros;

4.2.4. Restringir o acesso às Informações Confidenciais apenas aos funcionários, colaboradores ou terceiros que necessitem conhecer tais informações para o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, sempre orientando-os quanto à confidencialidade e proibindo sua divulgação a terceiros;

4.3. As obrigações previstas nesta cláusula não se aplicam às informações que:

4.3.1. Ao tempo de sua transmissão, ou posteriormente, sejam ou venham a ser de domínio público, conforme evidenciado por publicações idôneas, desde que sua divulgação não tenha sido causada pela parte receptora;

4.3.2. Estiverem na posse legal da parte receptora por ocasião da divulgação, desde que tenham sido recebidas legitimamente de terceiro (que não seja a outra parte), sem violação de obrigação legal e/ou obrigação de sigilo assumida com a parte reveladora;

4.3.3. Forem independentemente desenvolvidas pela Parte receptora, sem utilização direta ou indireta de informações confidenciais;

4.3.4. Forem necessariamente divulgadas no cumprimento de ordem judicial, ficando ressalvado que a parte receptora deverá, nesse caso, avisar a outra parte, imediatamente, por escrito, para que a esta seja dada a oportunidade de se opor à revelação e/ou tomar medidas legítimas e razoáveis para evitar ou minimizar o alcance dessa divulgação.

4.3.5. Ao tempo de sua transmissão, forem invadidas e conhecidas por terceiros, diversos das partes deste instrumento, sem que haja culpa da parte receptora.

4.4. Assumirá inteira responsabilidade por qualquer forma de divulgação não autorizada, a parte que divulgar as informações confidenciais de que trata essa cláusula, ainda que feita por seus acionistas, diretores, empregados, prestadores de serviços ou fornecedores a ela vinculados.

4.5. A parte que infringir a confidencialidade indenizará a outra parte por todas as perdas e danos derivados da quebra de sigilo e confidencialidade com relação às informações confidenciais.



4.6. A pedido da parte que disponibilizou as informações confidenciais, a parte que as recebeu devolverá à mesma, imediatamente, todos os documentos e outras manifestações corpóreas das informações confidenciais recebidas nos termos deste instrumento e todas as cópias e reproduções a que se referirem.

4.7. O término da contratação não eximirá as partes das obrigações por elas assumidas quanto ao sigilo e confidencialidade em relação às informações confidenciais a que tiveram acesso durante a execução do objeto.

4.8. As disposições dessa cláusula não deverão ser interpretadas implicitamente, por presunção, analogia ou de outra forma, como concessão de licença por uma das partes à outra para fazer, mandar fazer, usar ou vender qualquer produto e/ou serviço utilizando as informações confidenciais, ou como licença nos termos de qualquer patente, pedido de registro de patente, modelo de utilidade, direito autoral ou qualquer outro direito de propriedade industrial ou intelectual cobrindo o mesmo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA COMPOSIÇÃO DO VALOR DESTE CONTRATO

O valor total deste contrato é de até R\$ 1.056.240,00 (um milhão, cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta reais).

5.1. sendo assim composto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO DAS INICIATIVAS	Unitário	300	R\$ 2.560,00	R\$ 768.000,00
2	SERVIÇO DE VISITAS TÉCNICAS	Unitário	45	R\$ 3.466,67	R\$ 156.000,00
3	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - JULGAMENTO	Unitário	27	R\$ 4.897,78	R\$ 132.240,00
VARLOR TOTAL (R\$)					R\$ 1.056.240,00

5.2. O (s) valor (es) ora descrito (s) abarca (m) todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras obrigações ou despesas necessárias à perfeita execução do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO



6.1. Após o **recebimento definitivo do objeto**, nos termos da cláusula sétima deste contrato, a CONTRATADA deverá encaminhar **a nota fiscal**, para conferência, validação e pagamento.

6.2. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal e encaminhá-la ao SEBRAE-SP até o dia 17 (dezessete) do mês subsequente ao da prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista (Certidões Negativas de Débitos com o INSS, FGTS e comprovação de regularidade junto às receitas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA).

6.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo da nota fiscal/fatura pelo SEBRAE-SP, condicionado à homologação do Produto/Serviço entregue, ao ateste das notas fiscais e à apresentação de relatório de prestação de serviços, conforme aplicável.

6.4. O SEBRAE-SP não aceitará recibo como documento fiscal, exceto nos casos estritamente legais de dispensa de emissão de nota fiscal, devidamente comprovado pela CONTRATADA.

6.5. O SEBRAE-SP reserva-se o direito de suspender o pagamento nos seguintes casos:

a) Se os serviços não estiverem sendo prestados conforme o proposto e contratado;

b) Se houver erros ou incorreções na documentação fiscal apresentada, caso em que a CONTRATADA deverá providenciar a regularização, reiniciando-se o prazo de pagamento após a reapresentação correta.

6.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, que deverá indicar o nome do banco, número e nome da agência, número da conta corrente de sua titularidade e tipo de conta, conforme modelo do ANEXO – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS.

6.7. Quaisquer despesas decorrentes de transações bancárias, inclusive a devolução de pagamento por inconsistência de dados bancários, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.8. O SEBRAE-SP poderá deduzir do montante a ser pago eventuais multas, indenizações ou valores decorrentes de glosas, conforme previsto neste contrato.

6.9. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o CONTRATANTE pagará encargos moratórios calculados conforme a fórmula abaixo:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

Contrato de Fornecimento de Bens e/ou Serviços nº 037/2025
Processo nº 1725/2025
Página 10 de 22
Modelo Padrão v21out2024



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,000166667, assim apurado: $I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,000166667$
360 TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO – PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. O objeto do presente contrato será recebido nas seguintes condições:

7.2. Recebimento Provisório: o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato realizará o recebimento provisório de forma sumária, no momento da entrega da execução pela contratada, juntamente com os documentos comprobatórios para sua conferência e aceite, formalizando o seu recebimento para posterior verificação da conformidade do material/serviço com as exigências contratuais.

7.3. Recebimento Definitivo: em até 07 dias do recebimento provisório será realizado o recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, acompanhado de relatório detalhado que comprove as condições de execução contratual.

7.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste contrato, sendo obrigação da contratada as correções necessárias, as suas expensas, sem que neste prazo ocorra a obrigação de pagamento.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado das responsabilidades civil, ético-profissional, e outras estabelecidas pela lei ou por este contrato, incluindo a solidez, segurança, e perfeita execução do objeto contratado.

7.6. Salvo disposição em contrário, todos os ensaios, testes e provas necessários para a verificação da boa execução do objeto contratado serão de responsabilidade e custeio da contratada, conforme normas técnicas oficiais aplicáveis, se for o caso.

7.7. A CONTRATADA garante que os produtos fornecidos e/ou os serviços prestados neste contrato estão em conformidade com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme estabelecido nas especificações técnicas e normas aplicáveis, por 90 (noventa) dias além do prazo estabelecido no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), instituído pela Lei nº 8.078/1990.

7.7.1. Durante o período de garantia legal dos produtos fornecidos e/ou dos serviços prestados, a CONTRATADA compromete-se a prestar assistência técnica necessária para



correção de eventuais defeitos ou vícios que comprometam a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos produtos ou serviços.

7.7.2. Caso seja necessário, a CONTRATADA compromete-se a substituir componentes defeituosos ou produtos inteiros ou por outros de mesma espécie, marca e modelo, em perfeitas condições de uso, ou a refazer serviços não recebidos, sem qualquer ônus adicional ao Contratante.

7.7.3. A estimativa da quantidade de iniciativas a serem analisados é de até 300 (trezentas) iniciativas, cabendo à CONTRATADA a análise de todas as iniciativas inscritas

7.7.3.1. A análise das iniciativas deve ser enviada ao SEBRAE-SP pela CONTRATADA, compilada em **Relatório Técnico**, que deve conter, minimamente:

7.7.3.1.1. Identificação da respectiva fase de análise/comissão a que se refere;

7.7.3.1.2. Identificação dos membros que compõe a comissão;

7.7.3.1.3. O nome, abrangência e escopo das iniciativas analisadas/visitadas, fornecidas pelo representante da instituição via plataforma oficial do PSPE;

7.7.3.1.4. Status de aprovação ou reprovação para a fase subsequente, de Pré-Seleção, após validação do Escritório Regional por meios formais, como e-mail, no caso do **Relatório Técnico de Habilitação**;

7.7.3.1.5. A matriz de classificação da iniciativa, fornecida pelo SEBRAE-SP, preenchida pela CONTRATADA; no caso do **Relatório Técnico de Pré-Seleção, de Visita Técnica e de Julgamento**;

7.7.3.1.6. O conjunto mínimo de 04 (quatro) fotos tiradas por visita, de forma a atestar a presencialidade e realização da visita técnica, no caso do **Relatório Técnico de Visita Técnica**;

7.7.3.1.7. Justificativa em formato de feedback para cada uma das iniciativas avaliadas na fase de **Visita Técnica**;

7.7.3.1.8. Classificação da primeira, segunda e terceira iniciativas mais bem pontuadas por categoria, totalizando 27 (vinte e sete) iniciativas, distribuídas em 09 (nove) categorias, no caso do **Relatório Técnico de Julgamento**;

7.7.3.1.9. Uma breve justificativa das análises e notas das iniciativas bem como seu status de aprovado ou reprovado para a fase subsequente, quando for o caso.



7.7.3.1.10. A CONTRATADA deve enviar, por meio eletrônico, os Relatórios Técnicos supramencionados, cabendo ao SEBRAE-SP a análise do material e respectiva aprovação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data da conclusão das assinaturas dos representantes legais das partes, podendo ser prorrogada, a critério do CONTRATANTE, de acordo com os permissivos do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

8.2. A decisão de prorrogação do contrato é exclusiva do CONTRATANTE, sendo necessária a anuência da CONTRATADA, em razão da liberalidade contratual.

8.3. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em prorrogar o contrato, deverá manifestar sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência contratual, sob pena de aplicação de sanção contratual.

8.4. A prorrogação do contrato estará condicionada à justificativa da manutenção do interesse no objeto do contrato pelo CONTRATANTE e à comprovação da vantajosidade econômica.

8.5. A cada 12 (doze) meses, poderá haver reajuste com base no IPCA.

8.5.1. A aplicação do reajuste contratual deverá estar amparada em justificativa devidamente fundamentada, ficando vedada sua aplicação quando houver atraso na vigência contratual ocasionado por fato imputável à Contratada.

8.5.2. O reajuste contratual somente poderá incidir sobre as fases ainda não iniciadas, não sendo aplicável às etapas já executadas ou em execução.”

9. CLÁUSULA NOVA – DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa nos termos da legislação vigente, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE e do presente instrumento contratual e respectivos anexos, a(s) Contratada(s) que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução total do contrato;



9.1.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.4. descumprir o prazo para notificação do não interesse em prorrogar a vigência contratual previsto na subcláusula 8.3.

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência escrita, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.2. Suspensão do direito de licitar e/ou contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos, observada a gravidade da conduta da contratada, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, assim como as demais sanções no caso concreto, e conforme regra geral abaixo:

9.2.2.1. 12 (doze) meses, nos casos de: aplicação de duas ou mais penas de advertência, em um intervalo de tempo inferior a 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pelo CONTRATANTE, alteração de quantidade ou qualidade do produto ou serviço fornecido;

9.2.2.2. De 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de: retardamento imotivado de parcela significativa da execução da obra, de serviço ou do fornecimento de bens;

9.2.2.3. 36 (trinta e seis) meses, nos casos de: entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada; paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação ao CONTRATANTE; praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação.

9.2.3. Impedimento do direito de licitar e contratar com o Sistema SEBRAE, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, nas hipóteses descritas 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, hipóteses nas quais, após o processamento do processo



sancionador no âmbito do CONTRATANTE, os autos serão encaminhados para deliberação final do SEBRAE Nacional.

9.2.4. Multa:

9.2.4.1.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.2.4.2. Compensatória de:

9.2.4.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida para a infração prevista no subitem 9.1.1.

9.2.4.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para a infração prevista no subitem 9.1.2;

9.2.4.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida para a infração prevista no subitem 9.1.3;

9.2.4.2.4. 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato para a infração prevista no subitem 9.1.4.

9.2.4.2.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para as infrações previstas nos subitens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

9.6. Para fins de aplicação das penalidades descritas nesta cláusula, a cada infração cometida a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.7.3. os danos que dela provierem ao CONTRATANTE;



9.7.4.o caráter pedagógico da sanção.

9.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos das faturas devidas à CONTRATADA, ou deduzidos da garantia, caso esta tenha sido exigida.

9.8.1. Se os valores das faturas e da garantia contratual forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher em favor do CONTRATANTE a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.8.2. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do CONTRATANTE.

9.9. Em qualquer caso, fica a CONTRATADA responsável, ainda, pelas perdas e danos adicionais, valendo os percentuais de multa ora estabelecidos tão somente como mínimo legal, nos termos do artigo 416, parágrafo único, do Código Civil, sem qualquer prejuízo do cumprimento da obrigação principal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

10.1. O presente contrato não implica, para o CONTRATANTE, vínculo ou obrigação trabalhista, direta ou indireta, de qualquer natureza, obrigando-se ainda a CONTRATADA a manter o CONTRATANTE a salvo de qualquer litígio, assumindo todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, sociais e seguros referentes ao pessoal utilizado para o cumprimento do presente ajuste, inclusive com relação a terceiros contratados.

10.2. A CONTRATADA responsabiliza-se, de forma única e exclusiva, por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do CONTRATANTE, ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

10.3. A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas da defesa, inclusive por custas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em reclamações trabalhistas eventualmente propostas por seus empregados, prepostos, ex-empregados ou terceiros envolvendo o CONTRATANTE, isentando ainda o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades e/ou ônus decorrentes direta ou indiretamente dos referidos processos judiciais;

10.4. A CONTRATADA responsabiliza-se civil e criminalmente perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos, danos ou delitos causados por seus empregados, prepostos e/ou contratados, decorrentes de erro, culpa ou dolo, por demora ou omissão, na



prestação dos serviços de sua responsabilidade, devendo indenizar todos os prejuízos ocasionados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CÓDIGO DE ÉTICA

11.1. A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o “Código de Ética do Sistema SEBRAE” que se encontra disponível no site do SEBRAE no endereço eletrônico www.sebrae.com.br, Ouvidoria, opção Código de Ética do SEBRAE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

12.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema SEBRAE, previstos no artigo 2º do Regulamento de Licitações e Contratos.

12.2. A CONTRATADA assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Sistema SEBRAE.

12.3. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.4. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este CONTRATO poderá ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

13.2. Os acréscimos que se fizerem necessários no objeto do contrato estão limitados a 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa.

13.3. A supressão poderá ser realizada no limite estabelecido entre as partes.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O CONTRATO poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial, por infração legal ou por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão do contrato poderá ser:

14.3.1. Por ato unilateral do CONTRATANTE, nos casos previstos no contrato;

14.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo de distrato; e

14.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As despesas decorrentes deste contrato onerarão as verbas do CONTRATANTE, consignadas em seu orçamento.

15.2. Fazem parte do contrato, independentemente de transcrição, todas as condições constantes do edital que lhe deu origem, seus anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, permanecendo, caso haja conflito, as disposições constantes deste instrumento contratual.

15.3. As solicitações de Atestado de Capacidade Técnica, relativo à execução do contrato, deverão ser formulados no prazo máximo de 12 (doze) meses após o encerramento da vigência contratual ao gestor do contrato, indicando a razão social, CNPJ e o número do instrumento contratual.

15.4. No caso de contrato de escopo, envolvendo a conclusão de um objeto específico, o atestado somente será emitido após o término da execução dos serviços ou da entrega dos produtos contratados. No caso de contrato de execução continuada, o atestado somente será emitido após o final da vigência inicialmente pactuada.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente ajuste.



As Partes declaram que o presente instrumento, incluindo todas as páginas e eventuais anexos, todas formatadas por meio digital, representam a integralidade dos termos entre elas acordados.

E, por estarem de acordo, as partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a plataforma de assinaturas do SEBRAE (<https://www.sgolite.sebrae.com.br/PortalAssinaturaDigital/#/>), admitindo válidas as assinaturas realizadas eletronicamente.

São Paulo.

<div>NELSON DE ALMEIDA PRADO HERVEY COSTA</div> <div>Diretor-Superintendente</div> <div>SEBRAE-SP</div>	<div>ANGELO DEL VECCHIO</div> <div>Diretor Geral</div> <div>FESP SP</div>
<div>MARCO ANTONIO SCARASATI VINHOLI</div> <div>Diretor Técnico</div> <div>SEBRAE-SP</div>	<div>REINALDO PEDRO CORREA</div> <div>Diretor de Administração e Finanças</div> <div>SEBRAE-SP</div>
<div>RICARDO PEREIRA DA SILVA</div> <div>Diretor Tesoureiro</div> <div>FESP SP</div>	
TESTEMUNHAS:	
<div>Nome: Fernanda Gonçalves Coimbra da Silva</div> <div>CPF: 442342638-26</div>	<div>Nome: Thaina Gonçalves Assoni</div> <div>CPF: 356431588-84</div>



ANEXO – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

Declaro que o pagamento deverá ser efetuado mediante crédito em conta corrente da titularidade de _____ (nome da empresa). Para tanto informo:

Número e nome do Banco:

Número e nome da agência:

Número da conta corrente:

Tipo da conta:

(Assinatura do responsável legal ou procurador)

Importante: Caso haja alteração dessas informações, a empresa CONTRATADA deverá enviar nova declaração com os dados atualizados.



ANEXO – DECLARAÇÕES

Eu, _____ declaro que a empresa

(nome da empresa)
_____, CNPJ sob o nº _____ não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não
emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, bem como não se
enquadra nos impedimentos previstos no artigo 73 do Regulamento de Licitações e
Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN nº 493/2024), abaixo descrito:

Art. 73. Não poderão participar de licitações nem contratar com o Sistema Sebrae empregado, diretor ou pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários empregados ou diretores. Fica vedada, ainda, a contratação de entidades sem fins lucrativos que tenham empregados ou diretores como dirigentes dessas entidades.

§1º As entidades integrantes dos Conselhos Deliberativos e Fiscais não poderão ser contratadas pelas suas respectivas Unidades do Sistema Sebrae, vedação que se estende também aos conselheiros, titulares e suplentes, quando integrantes do quadro societário de pessoas jurídicas com fins lucrativos ou dirigentes de entidades sem fins lucrativos.

§ 2º A pessoa jurídica que tenha como sócio ex-membro dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, não poderá prestar serviços para Unidade do Sistema Sebrae que exerceu suas atividades, antes do decurso do prazo mínimo de quarentena de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua saída do Conselho.

§ 3º A pessoa jurídica que tenha como sócio ex-empregado, não poderá prestar serviços para a Unidade do Sistema SEBRAE contratante do ex-empregado, antes do decurso do prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da respectiva demissão ou desligamento, exceto se os referidos sócios forem aposentados.

§ 4º As vedações previstas no §1º não se aplicam ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e aos Serviços Sociais Autônomos, nem às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal.

(Assinatura do responsável legal ou procurador)



ANEXO – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Eu _____, gestor do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVIÇOS 037/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1725/2025, declaro que recebi provisoriamente o objeto para conferência da conformidade, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

São Paulo, __/ __/ ____.

(Assinatura do gestor do contrato)

ANEXO – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Eu _____, gestor do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVIÇOS 037/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1725/2025, declaro que nesta data recebi definitivamente o objeto da Nota Fiscal nº _____.

Declaro ainda que o objeto está em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

São Paulo, __/ __/ ____.

(Assinatura do gestor)



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 1725/2025

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para subsidiar o SEBRAE-SP na análise, avaliação e julgamento de iniciativas de implementação de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, no escopo do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora XIII Edição 2025/2026, contemplando as fases de habilitação, pré-seleção, visitas técnicas e julgamento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A elaboração e implementação de políticas públicas que fortaleçam o ecossistema de fomento e desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) consiste em um importante vetor de incremento do dinamismo econômico dos municípios, dada a importância dos pequenos negócios na geração de postos de trabalho e renda. O protagonismo das MPEs na retomada econômica ganhou ainda mais notoriedade após o período de pandemia global do covid-19, ensejando inovação e eficácia dos gestores públicos no suporte ao fomento da atividade empresarial.

2.2. Neste contexto, as políticas públicas capitaneadas por prefeituras e administrações regionais compõem importantes instrumentos na facilitação e melhoria do ambiente de negócios de micro e pequenas empresas.

2.3. Tendo o estado de São Paulo 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios, 08 (oito) regiões metropolitanas e 02 (dois) aglomerados urbanos, totalizando mais de 44 (quarenta e quatro) milhões de habitantes, o SEBRAE tem reforçado a importância da realização, a cada dois anos, do Prêmio SEBRAE Prefeitura Empreendedora (então Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor), um programa de reconhecimento aos prefeitos, prefeitas e administradores regionais que implantaram iniciativas com resultados comprovados com foco no desenvolvimento dos pequenos negócios do município.

2.4. Para garantir a isonomia, a impessoalidade e a credibilidade da avaliação de tais iniciativas, o SEBRAE propõe a contratação de fornecedor para conduzir análise, avaliação e julgamento das iniciativas apresentadas pelas prefeituras na XIII Edição do PSPE. A CONTRATADA deverá garantir, de maneira ética, íntegra e transparente, a análise e avaliação de iniciativas de fomento ao empreendedorismo, conforme regulamento da premiação, assegurando avaliação e julgamento independentes na referida premiação.

2.5. A CONTRATADA deve, em sua plenitude, ser capaz de:

2.5.1. Analisar e selecionar as iniciativas inscritas e habilitadas, enviadas pelo SEBRAE-SP, nas diferentes categorias previstas e no prazo solicitado;

2.5.2. Realizar a visita técnica aos municípios selecionados na respectiva fase, aferindo sua veracidade e conformidade da iniciativa, conforme inscrição prévia;

2.5.3. Aferir as iniciativas dos municípios visitados, com vistas ao julgamento e classificação dos 03 (três) primeiros colocados, por categoria, para a fase final, após visita técnica.

2.6 De acordo com o regulamento do prêmio, as iniciativas habilitadas podem ser enquadradas em 09 (nove) categorias, na fase de inscrição, pelo próprio representante que inscrevê-la, conforme abaixo:

- a) Simplificação;
- b) Sala do Empreendedor;
- c) Compras Governamentais;
- d) Empreendedorismo na Escola;
- e) Inclusão Socioprodutiva;
- f) Turismo e Identidade Territorial;
- g) Sustentabilidade e Meio Ambiente;
- h) Empreendedorismo Rural;
- i) Gestão Inovadora.

2.7 Ainda de acordo com o regulamento, o processo de premiação está estruturado nas fases abaixo citadas, as quais estão devidamente especificadas no item 3.9.7.10.

- 1) Inscrição
- 2) Habilitação
- 3) Pré-seleção
- 4) Visitas técnicas
- 5) Julgamento
- 6) Premiação

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. As iniciativas inscritas pelos municípios serão liberadas para a análise da CONTRATADA, dando início à fase de habilitação, fase de recurso, pré-seleção, visita técnica e julgamento, de acordo com o cronograma previsto para a fase estadual da premiação.

3.2. Serão objeto de análise e avaliação, na fase de habilitação e pré-seleção, até 300 (trezentas) iniciativas inscritas corretamente e atendendo ao prazo especificado no regulamento do PSPE.

3.3. Na fase de habilitação, cada iniciativa será avaliada pela COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO que será composta por, no mínimo, 03 (três) julgadores, de forma independente. Como previsto no regulamento da premiação, os julgadores deverão habilitar as iniciativas que estiverem de acordo com as condições listadas nos itens 3 e 4 do Regulamento Estadual do PSPE.

3.3.1. As iniciativas que apresentarem qualquer necessidade de ajuste para serem habilitadas, deverão ser analisadas e notificadas em até 07 (sete) dias antes do período final de habilitação, para que tenham tempo hábil de realizar os ajustes.

3.4. Na fase de pré-seleção, cada iniciativa será avaliada pela COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO, que será composta por, no mínimo, 03 (três) julgadores, de forma independente, e utilizando os critérios estabelecidos na Matriz Avaliativa. A nota final de cada análise realizada nesta fase será calculada

pela média aritmética das notas atribuídas individualmente por cada julgador, sendo que suas análises deverão contemplar os apontamentos necessários para subsidiar a fase das visitas técnicas.

3.4.1. Com base nestas notas, as iniciativas analisadas serão classificadas dentro de cada uma das categorias, em ordem decrescente.

3.4.2. Posteriormente a CONTRATADA deverá apresentar estas classificações e a Matriz Avaliativa pontuada e calculada de cada iniciativa ao SEBRAE-SP, bem como inseri-las na plataforma oficial do PSPE.

3.4.3. O número de iniciativas encaminhadas para visita técnica deverá totalizar no máximo 45 (quarenta e cinco), sendo as 05 (cinco) iniciativas melhor classificadas em cada uma das 09 (nove) categorias.

3.4.4. Caso a quantidade de iniciativas avaliadas não alcance o número mínimo de 05 (cinco) por categoria, fica aberta a possibilidade de serem contempladas mais do que 05 (cinco) iniciativas por categoria, a fim de totalizar o número de 45 (quarenta e cinco) iniciativas.

3.4.5. Apenas estas iniciativas serão encaminhadas para a fase de visitas técnicas, na qual se atestará a veracidade das informações descritas no formulário de inscrição e se verificará o cumprimento dos requisitos obrigatórios para a fase de julgamento.

3.4.6. Ao final da fase das visitas técnicas, serão enviados ao SEBRAE-SP os respectivos relatórios com fotos e considerações relativas à Matriz Avaliativa, bem como inseridos os resultados na plataforma oficial do PSPE.

3.5. Na fase das visitas técnicas, serão analisadas as 45 (quarenta e cinco) iniciativas selecionadas previamente, considerando a análise da documentação enviada pela plataforma oficial do PSPE e os registros realizados nas visitas *in loco*, de modo a possibilitar a definição das 27 (vinte e sete) iniciativas que seguirão para a fase posterior, sendo estas as 03 (três) iniciativas melhor classificadas em cada uma das 09 (nove) categorias.

3.5.1. Cada iniciativa será avaliada na visita técnica por, no mínimo, 2 (dois) avaliadores, de forma independente, respeitando os critérios estabelecidos na Matriz Avaliativa. A nota final será calculada pela média aritmética das notas recebidas na Matriz Avaliativa, considerando as notas das fases de pré-seleção e visitas técnicas.

3.5.2. Após as visitas técnicas, serão definidas as 3 (três) iniciativas mais bem classificadas em cada uma das 09 (nove) categorias, as quais serão direcionadas para a fase de julgamento;

3.6. A COMISSÃO DE JULGAMENTO analisará as iniciativas aprovadas pela fase anterior utilizando os critérios estabelecidos na Matriz Avaliativa e classificará as iniciativas conforme suas notas ajustadas.

3.6.1. Será definida pela COMISSÃO DE JULGAMENTO a classificação final das iniciativas em cada categoria, observando a pontuação mínima necessária para se receber a premiação no PSPE.

3.6.2. A COMISSÃO DE JULGAMENTO deverá apresentar um Relatório Técnico de Julgamento, considerando as análises das fases anteriores, bem como as visitas técnicas realizadas, classificando as 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem pontuadas.

3.7. Durante as diferentes fases de avaliação, em caso de empate entre 2 (duas) ou mais iniciativas, será considerada vencedora a iniciativa que tiver recebido o maior número de notas 2 (dois) nos 09 (nove) critérios previstos na Matriz Avaliativa.

3.7.1. Em caso de novo empate, será considerada vencedora a iniciativa que tiver alcançado a maior nota no primeiro critério da Matriz Avaliativa.

3.7.2. No caso de novo empate, será considerada vencedora a iniciativa que tiver obtido a maior pontuação no segundo critério da Matriz Avaliativa, e assim sucessivamente.

3.7.3. Caso persista o empate, caberá à COMISSÃO DE AVALIAÇÃO da respectiva etapa definir o desempate por meio de nova avaliação.

3.8. FASES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.8.1. Inscrição: os participantes realizarão as inscrições na plataforma oficial do PSPE, com observância das disposições contidas no Regulamento da XIII Edição do PSPE 2025/2026, no qual consta a necessidade de *upload* de evidências comprobatórias dos resultados alcançados, envio de *pitch* da candidatura, dentre outras orientações constante do referido Regulamento.

3.8.2. Habilitação: a CONTRATADA irá compor, condicionando à aprovação prévia pelo SEBRAE-SP, a COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO, a qual será responsável pela habilitação das iniciativas inscritas por meio da plataforma oficial do PSPE. Os integrantes da COMISSÃO deverão acessar a plataforma com senha fornecida pelo Comitê Estadual do PSPE para as devidas análises.

3.8.2.1. Relatório Técnico de Habilitação: ao final da fase de habilitação, a CONTRATADA deverá encaminhar ao SEBRAE-SP um **Relatório Técnico de Habilitação**, com a avaliação de até 300 (trezentas) iniciativas.

3.8.2.1.1. A quantidade de iniciativas analisadas é uma estimativa baseada em edições anteriores do prêmio, podendo variar conforme o número de municípios e iniciativas inscritas, cabendo à CONTRATADA a análise da totalidade de iniciativas inscritas.

3.8.3. Recurso: os participantes que tiverem suas iniciativas não habilitadas poderão interpor recurso, solicitando reavaliação da iniciativa por meio da plataforma oficial do PSPE em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do comunicado de não habilitação, e serão julgados pelo SEBRAE-SP em até 5 (cinco) dias úteis após a fase de habilitação.

3.8.4. Pré-Seleção: a CONTRATADA irá compor, condicionando à aprovação prévia pelo SEBRAE-SP, a COMISSÃO DE PRÉ-SELEÇÃO, a qual será responsável pela análise das iniciativas inscritas por meio da plataforma oficial do PSPE. Os integrantes da COMISSÃO deverão acessar a plataforma com senha fornecida pela Comissão Estadual do PSPE para as devidas análises, aplicação das notas, classificação e definição das iniciativas que serão pré-selecionadas e visitadas para fins de confirmação das ações descritas na iniciativa.

3.8.4.1. Relatório Técnico de Pré-Seleção: ao final da fase de pré-seleção, a CONTRATADA deverá encaminhar ao SEBRAE-SP um **Relatório Técnico de Pré-Seleção**, com a avaliação de até 300 (trezentas) iniciativas e a indicação das 45 (quarenta e cinco) iniciativas mais bem avaliadas (sendo, a princípio, 05 iniciativas por categoria).

3.8.4.1.1. A quantidade de iniciativas analisadas é uma estimativa baseada em edições anteriores do prêmio, podendo variar conforme o número de municípios e iniciativas inscritas, cabendo à CONTRATADA a análise da totalidade de iniciativas habilitadas.

3.8.5. Visitas Técnicas: a CONTRATADA realizará visita técnica em até 45 (quarenta e cinco) municípios, sede das iniciativas mais bem classificadas, a fim de atestar a veracidade das informações descritas no formulário de inscrição. Após esta fase, a CONTRATADA deverá indicar as 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem classificadas para a COMISSÃO DE JULGAMENTO, sendo 03 (três) iniciativas por categoria, para serem avaliadas na fase de julgamento.

3.8.5.1. Relatório de Visita Técnica: ao final da fase de visitas técnicas, a CONTRATADA deverá encaminhar ao SEBRAE-SP um **Relatório de Visitas Técnicas** das 45 (quarenta e cinco) iniciativas, com a indicação das 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem avaliadas.

3.8.5.2. No **Relatório de Visita Técnica** deve constar além das notas por cada um dos critérios da Matriz Avaliativa, uma justificativa da nota final para cada uma das iniciativas avaliadas. A justificativa deve ser fornecida em formato *feedback* para as prefeituras, de modo a possibilitar as devidas melhorias nas iniciativas inscritas.

3.8.6. Julgamento: a CONTRATADA irá compor COMISSÃO DE JULGAMENTO, a qual analisará as 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem classificadas após a fase de visitas técnicas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Matriz Avaliativa de cada categoria, e classificará as iniciativas conforme suas notas atualizadas.

3.8.6.1. Relatório Técnico de Julgamento: ao final da fase de Julgamento, a CONTRATADA deverá encaminhar ao SEBRAE-SP um **Relatório Técnico de Julgamento**, contendo o descritivo da análise e seleção das 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem pontuadas, organizadas e ranqueadas em primeiro, segundo e terceiro lugar, por categoria.

3.8.7. Premiação: a premiação de cada categoria será realizada após o julgamento estadual.

3.9. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.9.1. As análises das iniciativas poderão ser realizadas na sede da CONTRATADA, desde que preservada a orientação de sigilo das notas alcançadas.

3.9.2. Conforme previsto no regulamento da XIII Edição do PSPE, cada município poderá inscrever-se em até duas categorias, sendo duas iniciativas distintas, cada qual em sua respectiva categoria.

3.9.3. Na fase de pré-seleção, dentre até 300 (trezentas) iniciativas inscritas, serão selecionadas até 45 (quarenta e cinco) iniciativas: após análise com base na Matriz Avaliativa, as 05 (cinco) iniciativas mais bem classificadas em cada uma das 09 (nove) categorias serão encaminhadas para a fase de visita técnica.

3.9.4. As visitas técnicas serão realizadas em até 45 (quarenta e cinco) municípios sede das iniciativas pré-selecionadas, visando a comprovação das ações descritas nas iniciativas em cada categoria.

3.9.5. A CONTRATADA deverá elaborar, após as visitas técnicas, relatório técnico de avaliação que será instrumento para a fase de julgamento final, contendo a indicação das iniciativas a serem analisadas na fase posterior, sendo 3 (três) por categoria, totalizando 27 (vinte e sete) selecionadas.

3.9.6. A CONTRATADA deverá apresentar ao SEBRAE-SP os relatórios técnicos referentes à cada fase, bem como as evidências necessárias para aferimento dos serviços prestados.

3.9.7. SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO DAS INICIATIVAS

3.9.7.1. Para executar os serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe capacitada para atender às exigências contratuais, sobretudo à plena capacidade de processamento das análises em acordo com o cronograma pré-estabelecido, e períodos ensejados em cada fase, conforme descrito neste Termo de Referência.

3.9.7.2. A CONTRATADA deverá dispor de estrutura técnica e recursos humanos com experiência comprovada de atuação em gestão pública e políticas públicas de empreendedorismo, com foco nas temáticas das categorias do PSPE, seja em organizações da administração direta ou indireta ou, ainda, por

meio de ações em organizações da sociedade civil, de modo a compor a comissão de habilitação e pré-seleção e comissão de julgamento previstas em cada fase de evidenciação das iniciativas a serem premiadas.

3.9.7.3. A CONTRATADA deverá apresentar para a coordenação do PSPE a relação nominal dos profissionais que farão parte das respectivas comissões de análise das iniciativas pré-selecionadas em cada uma das respectivas fases (COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO, VISITAS TÉCNICAS, COMISSÃO DE JULGAMENTO), e seus respectivos documentos comprobatórios, para aprovação prévia.

3.9.7.4. As comissões relativas a cada uma das fases necessárias para a identificação dos premiados deverão ser compostas por profissionais distintos entre si, de modo a preservar a lisura, a idoneidade e a independência do processo de seleção durante todo o decorrer da prestação do serviço.

3.9.7.4.1. Os pré-requisitos mínimos pré-estabelecidos para cada uma das fases da seleção estão especificados nos itens 3.9.7.11, 3.9.8 e 3.9.9 deste Termo de Referência, de acordo com a especificidade e complexidade de cada uma delas.

3.9.7.5. Documentos para comprovação de qualificação acadêmica:

3.9.7.5.1. Diplomas ou certificados de nível superior, comprovando curso superior completo nas áreas exigidas neste instrumento, validados pelo MEC/Brasil.

3.9.7.5.2. Cursos realizados em instituições de ensino estrangeiras devem seguir a Resolução CNE/CES nº 1 de 2001 do Ministério da Educação - artigo 4º.

3.9.7.5.3. Não serão aceitos como comprovantes de formação superior cópias de pagamento de mensalidade, carteira escolar ou qualquer outro documento não listado nos itens anteriores.

3.9.7.5.4. Serão desconsiderados como integrantes da equipe técnica os profissionais que não comprovarem a formação acadêmica mínima exigida.

3.9.7.6. Documentos para comprovação de qualificação técnica:

3.9.7.6.1. A comprovação da experiência de todos os profissionais dar-se-á por meio de cópias de declarações emitidas por empresas em que o profissional atuou e/ou registros na carteira de trabalho, e/ou contrato de prestação de serviços, referente às atividades a serem executadas neste instrumento.

3.9.7.6.2. Envio do número do CPF.

3.9.7.6.3. Serão desconsiderados como integrantes da equipe técnica os profissionais que não comprovarem a formação técnica mínima exigida.

3.9.7.7. A equipe técnica do SEBRAE-SP deverá aprovar os documentos exigidos para fins de comprovação de qualificação acadêmica e técnica. Após cada análise documental, será emitido um aceite para início dos trabalhos.

3.9.7.8. A cada solicitação de substituição de um membro da equipe deverão ser cumpridas as exigências deste instrumento acima descritas.

3.9.7.9. Os profissionais indicados, integrantes da equipe, deverão obrigatoriamente participar das atividades realizadas pela CONTRATADA. Não serão permitidas substituições de profissionais, senão por motivo devidamente justificado e aceito pelo SEBRAE-SP.

3.9.7.9.1. Os profissionais indicados poderão ser substituídos, desde que os substitutos possuam qualificações iguais ou superiores, comparadas àquelas que possuíam os substituídos, dependendo a substituição da anuência expressa do SEBRAE-SP, o que se efetivará após a análise dos mesmos documentos exigidos neste instrumento, emitidos em favor dos substitutos.

3.9.7.9.2. Fica assegurado ao SEBRAE-SP o direito de exigir e obter imediatamente a substituição de qualquer empregado e/ou preposto da CONTRATADA, notadamente quando verificada a falta de qualificação, zelo e dedicação na execução das tarefas, ou outros comportamentos que prejudiquem as atividades e resultados ligados ao objeto deste instrumento.

3.9.7.9.3. O SEBRAE-SP poderá, a qualquer tempo, por meio de solicitação formal por e-mail ou outro canal de preferência, estabelecer a alteração e/ou substituição de profissional dedicado a um referido serviço, a qual deverá ser atendida no prazo de até 02 (dois) dias úteis a contar a partir da data de solicitação.

3.9.7.10. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

3.9.7.10.1. As atividades terão início somente após reunião de alinhamento, a ser realizada presencialmente no SEBRAE-SP, para esclarecimentos, orientações, definição de cronograma de execução, dentre outros, devendo ser agendada por e-mail com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

3.9.7.10.2. O SEBRAE-SP disponibilizará para a CONTRATADA o Regulamento da Etapa Estadual da XIII Edição do PSPE 2025/2026 na REUNIÃO DE ALINHAMENTO.

3.9.7.10.3. O SEBRAE-SP providenciará a liberação de senha para uso da plataforma oficial do PSPE para que a CONTRATADA possa dar início aos trabalhos da COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO e fases subsequentes.

3.9.7.10.4. A análise a ser realizada pela CONTRATADA dar-se-á em meio eletrônico (plataforma oficial do PSPE), com login e senha pessoais e intransferíveis aos representantes da instituição.

3.9.7.10.5. A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade das informações fornecidas, seguindo os termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Código de Ética do SEBRAE.

3.9.7.10.6. Para fins de planejamento, alinhamento técnico e para garantir a prestação total e eficiente do serviço durante a vigência contratual, bem como o cumprimento dos prazos pré-estabelecidos, a CONTRATADA deverá dispor de equipe de coordenação, integrada por duas funções, conforme abaixo discriminado:

3.9.7.10.6.1. Função: Coordenador Geral

3.9.7.10.6.1.1. Equipe mínima: 01 (um) profissional.

3.9.7.10.6.1.2. Qualificação acadêmica: Superior completo em áreas do conhecimento relacionadas a Políticas Públicas (Administração, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia, Relações Internacionais, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais Aplicadas e correlatas).

3.9.7.10.6.1.3. Qualificação técnica: Experiência de no mínimo:

3.9.7.10.6.1.3.1. 06 meses em relações governamentais e/ou relações institucionais, e;

3.9.7.10.6.1.3.2. 06 meses em gestão pública e/ou em cargos no legislativo ou executivo municipal, estadual e/ou federal, ou ainda, em organizações da sociedade civil ou entidade sem fins lucrativos cuja competência esteja relacionada ao campo de públicas, e;

3.9.7.10.6.1.3.3. 06 meses em avaliação de políticas públicas, preferencialmente na promoção da melhoria do ambiente de negócios.

3.9.7.10.6.2. Função: Coordenador Operacional

3.9.7.10.6.2.1. Equipe mínima: 02 (dois) profissionais.

3.9.7.10.6.2.2. Qualificação acadêmica: Superior completo em áreas do conhecimento relacionadas a Políticas Públicas (Administração, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia, Relações Internacionais, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais Aplicadas e correlatas).

3.9.7.10.6.2.3. Qualificação técnica: Experiência de no mínimo:

3.9.7.10.6.2.3.1. 06 meses em relações governamentais e/ou relações institucionais, e;

3.9.7.10.6.2.3.2. 06 meses gestão pública e/ou em cargos no legislativo ou executivo municipal, estadual e/ou federal, ou ainda, em organizações da sociedade civil ou entidade sem fins lucrativos cuja competência esteja relacionada ao campo de públicas, e;

3.9.7.10.6.2.3.3. 06 meses em avaliação de políticas públicas, preferencialmente na promoção da melhoria do ambiente de negócios.

3.9.7.11. HABILITAÇÃO DAS INICIATIVAS

3.9.7.11.1. A CONTRATADA, com base nos critérios de habilitação das iniciativas constantes no Regulamento da Etapa Estadual da XIII Edição do PSPE 2025/2026, deverá compor equipes técnicas com notório conhecimento técnico e acadêmico, de modo a possibilitar o cumprimento das diferentes fases de seleção do PSPE.

3.9.7.11.2. As iniciativas enviadas pelos municípios serão analisadas em ambiente eletrônico e as notas serão transcritas, preferencialmente, na plataforma oficial do PSPE, sem que haja a necessidade de documentos em papel.

3.9.7.11.3. A CONTRATADA deverá inicialmente compor a COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO, contendo, minimamente:

3.9.7.11.3.1. Consultores externos e/ou representantes da instituição CONTRATADA.

3.9.7.11.4. A Comissão Estadual de Habilitação e Pré-Seleção deve estar constituída em número suficiente para atender ao volume de iniciativas a serem analisados e julgados, respeitado o número mínimo de 03 (três) membros, e com a seguinte capacitação acadêmica e técnica mínima:

3.9.7.11.4.1. Função: Avaliador na COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO.

3.9.7.11.4.1.1. Equipe mínima: 12 (doze) profissionais.

3.9.7.11.4.1.2. Qualificação acadêmica: Superior completo em áreas do conhecimento relacionadas a Políticas Públicas (Administração, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia, Relações Internacionais, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais Aplicadas e correlatas).

3.9.7.11.4.1.3. Qualificação técnica: Experiência de, no mínimo:

3.9.7.11.4.1.3.1. 06 meses em relações governamentais e/ou relações institucionais, e;

3.9.7.11.4.1.3.2. 06 meses gestão pública e/ou em cargos no legislativo ou executivo municipal, estadual e/ou federal, ou ainda, em organizações da sociedade civil ou entidade sem fins lucrativos cuja competência esteja relacionada ao campo de públicas, e;

3.9.7.11.4.1.3.3. 06 meses em avaliação de políticas públicas, preferencialmente na promoção da melhoria do ambiente de negócios.

3.9.7.12. Tais profissionais deverão analisar todos os relatórios encaminhados pelos municípios via plataforma oficial do PSPE.

3.9.7.13. A estimativa da quantidade de iniciativas a serem analisados é de até 300 (trezentas) iniciativas, cabendo à CONTRATADA a análise de todos as iniciativas inscritas.

3.9.7.14. A análise das iniciativas deve ser enviada ao SEBRAE-SP pela CONTRATADA, compilada em um **Relatório Técnico de Habilitação**, que deve conter, minimamente:

3.9.7.14.1. Identificação da respectiva fase de análise/comissão a que se refere;

3.9.7.14.2. Identificação dos membros que compõe a comissão;

3.9.7.14.3. O nome, abrangência e escopo das iniciativas analisadas, fornecidas pelo representante da instituição via plataforma oficial do PSPE;

3.9.7.14.4. Status de aprovação ou reprovação para a fase subsequente, de Pré-Seleção, após validação do Escritório Regional por meios formais, como e-mail;

3.9.7.14.5. Uma breve justificativa da habilitação das iniciativas.

3.9.7.15. A CONTRATADA deve enviar, por meio eletrônico, o **Relatório Técnico de Habilitação** supramencionado, cabendo ao SEBRAE-SP a análise do material e respectiva aprovação.

3.9.7.16. PRÉ-SELEÇÃO DAS INICIATIVAS

3.9.7.16.1. A CONTRATADA, com base nas Matriz Avaliativa fornecida pelo SEBRAE-SP e constante no Regulamento da Etapa Estadual da XIII Edição do PSPE 2025/2026, deverá compor equipes técnicas com notório conhecimento técnico e acadêmico, de modo a possibilitar o cumprimento das diferentes fases de seleção do PSPE.

3.9.7.16.2. As iniciativas enviadas pelos municípios serão analisadas em ambiente eletrônico e as notas serão transcritas, preferencialmente, na plataforma oficial do PSPE, sem que haja a necessidade de documentos em papel.

3.9.7.16.3. A CONTRATADA deverá inicialmente compor a COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO, contendo, minimamente:

3.9.7.16.3.1. Consultores externos e/ou representantes da instituição CONTRATADA.

3.9.7.16.3.2. A Comissão Estadual de Habilitação e Pré-Seleção deve estar constituída em número suficiente para atender ao volume de iniciativas a serem analisados e julgados, respeitado o número mínimo de 03 (três) membros, e com a seguinte capacitação acadêmica e técnica mínima:

3.9.7.16.3.2.1. Função: Avaliador na COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO.

3.9.7.16.3.2.1.1. Equipe mínima: 10 (dez) profissionais.

3.9.7.16.3.2.1.2. Qualificação acadêmica: Superior completo em áreas do conhecimento relacionadas a Políticas Públicas (Administração, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia, Relações Internacionais, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais Aplicadas e correlatas).

3.9.7.16.3.2.1.3. Qualificação técnica: Experiência de, no mínimo:

3.9.7.16.3.2.1.3.1. 06 meses em relações governamentais e/ou relações institucionais, e;

3.9.7.16.3.2.1.3.2. 06 meses gestão pública e/ou em cargos no legislativo ou executivo municipal, estadual e/ou federal, ou ainda, em organizações da sociedade civil ou entidade sem fins lucrativos cuja competência esteja relacionada ao campo de públicas, e;

3.9.7.16.3.2.1.3.3. 06 meses em avaliação de políticas públicas, preferencialmente na promoção da melhoria do ambiente de negócios.

3.9.7.16.4. Tais profissionais deverão analisar todos os relatórios encaminhados pelos municípios via plataforma oficial do PSPE.

3.9.7.16.5. A estimativa da quantidade de iniciativas a serem analisados é até 300 (trezentas) iniciativas, cabendo à CONTRATADA a análise de todos as iniciativas inscritas.

3.9.7.16.6. A análise das iniciativas, a partir da Matriz Avaliativa, deve ser enviada ao SEBRAE-SP pela CONTRATADA, compilada em um **Relatório Técnico de Pré-Seleção**, que deve conter, minimamente:

3.9.7.16.6.1. Identificação da respectiva fase de análise/comissão a que se refere;

3.9.7.16.6.2. Identificação dos membros que compõe a comissão;

3.9.7.16.6.3. O nome, abrangência e escopo das iniciativas analisadas, fornecidas pelo representante da instituição via plataforma oficial do PSPE;

3.9.7.16.6.4. A matriz de classificação da iniciativa, fornecida pelo SEBRAE-SP, preenchida pela CONTRATADA;

3.9.7.16.6.5. Uma breve justificativa da pontuação dada à iniciativa, bem como seu status de aprovado ou reprovado para a fase subsequente, de VISITA TÉCNICA.

3.9.7.16.7. A CONTRATADA deve enviar, por meio eletrônico, o **Relatório Técnico de Pré-seleção** supramencionado, cabendo ao SEBRAE-SP a análise do material e respectiva aprovação.

3.9.8. SERVIÇO DE VISITAS TÉCNICAS

3.9.8.1. As visitas técnicas serão realizadas em até 45 (quarenta e cinco) municípios sede das iniciativas classificadas na fase de pré-seleção, sendo as 05 (cinco) iniciativas mais bem classificadas em cada uma das 09 (nove) categorias.

3.9.8.2. As iniciativas aprovadas na fase de pré-seleção receberão avaliador(a) in loco na fase de Visita Técnica.

3.9.8.3. A CONTRATADA deverá agendar as Visitas Técnicas previamente com o ponto focal do respectivo município.

3.9.8.4. A CONTRATADA deverá fornecer o cronograma e planejamento de visitas técnicas e os agendamentos previstos em forma de cronograma de modo prévio ao SEBRAE-SP, para fins de avaliação/aprovação.

3.9.8.5. As visitas deverão acontecer no período de até 1 (um) turno, período da manhã ou período da tarde, de modo a combinar com a respectiva prefeitura.

3.9.8.6. As visitas deverão aferir a fidedignidade do documento de inscrição e homologação da iniciativa, atribuindo e inserindo uma nota na plataforma oficial do PSPE.

3.9.8.6.1. As visitas técnicas serão realizadas por, no mínimo, 2 (dois) representantes da CONTRATADA, que preferencialmente não façam parte da COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO, ou seja, que não tenham participado diretamente da pré-seleção, de modo a serem validadas as informações apresentadas. O(s) profissional(is) deve(m) ter a seguinte capacitação acadêmica e técnica mínima:

3.9.8.6.1.1. Função: Avaliador nas visitas técnicas.

3.9.8.6.1.1.1. Equipe mínima: 06 (seis) profissionais.

3.9.8.6.1.1.2. Quantidade total de visitas técnicas: 45 (quarenta e cinco).

3.9.8.6.1.1.3. Qualificação acadêmica: Superior completo em áreas do conhecimento relacionadas a Políticas Públicas (Administração, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia, Relações Internacionais, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais Aplicadas e correlatas).

3.9.8.6.1.1.4. Qualificação técnica: Experiência de, no mínimo:

3.9.8.6.1.1.4.1. 06 meses em relações governamentais e/ou relações institucionais, e;

3.9.8.6.1.1.4.2. 06 meses gestão pública e/ou em cargos no legislativo ou executivo municipal, estadual e/ou federal, ou ainda, em organizações da sociedade civil ou entidade sem fins lucrativos cuja competência esteja relacionada ao campo de públicas, e;

3.9.8.6.1.1.4.3. 06 meses em avaliação de políticas públicas, preferencialmente na promoção da melhoria do ambiente de negócios.

3.9.8.7. Nesta fase, a CONTRATADA deverá realizar a conferência das informações relativas às iniciativas *in loco* com base no Anexo - relatório de visita técnica, seguindo os seguintes critérios:

3.9.8.7.1. Durante a visita, a CONTRATADA deverá tirar no mínimo 04 (quatro) fotos para comprovar as ações descritas na iniciativa.

3.9.8.7.2. Durante a visita, ficam proibidos: recebimento de presentes e/ou brindes, incluindo-se almoço e/ou jantares, por parte do poder público municipal e/ou outros.

3.9.8.8. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos os custos de alimentação, hospedagem, deslocamentos, durante a execução dos serviços, de seus funcionários ou prestadores de serviços para a realização das visitas técnicas.

3.9.8.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar as análises das 45 (quarenta e cinco) Visitas Técnicas, relativas às 09 (nove) categorias da premiação, compiladas em um **Relatório de Visitas Técnicas**, contendo, minimamente:

3.9.8.9.1. Identificação da respectiva fase de análise/comissão a que se refere;

3.9.8.9.2. Identificação dos profissionais responsáveis por cada visita;

3.9.8.9.3. O nome, abrangência e escopo da iniciativa visitado;

3.9.8.9.4. O conjunto mínimo de 04 (quatro) fotos tiradas por visita, de forma a atestar a presencialidade e realização da visita técnica.

3.9.8.9.5. A matriz de classificação das iniciativas após a realização das visitas, com a pontuação das 45 (quarenta e cinco) iniciativas analisadas nesta fase e a justificativa das 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem classificadas e selecionadas como finalistas na XIII Edição do PSPE 2025/2026;

3.9.8.9.6. Justificativa em formato de *feedback* para cada uma das iniciativas avaliadas na fase de Visita Técnica.

3.9.8.10. A CONTRATADA deve enviar, por vias eletrônicas, o **Relatório de Visitas Técnicas**, cabendo ao SEBRAE-SP a análise do material e sua aprovação.

3.9.9. SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - JULGAMENTO

3.9.9.1. Cada iniciativa será avaliada por, no mínimo, 02 (dois) julgadores, de forma independente, utilizando os critérios estabelecidos na Matriz Avaliativa.

3.9.9.2. Tais julgadores integrarão a COMISSÃO DE JULGAMENTO, que será composta por membros distintos da COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO e, igualmente, distintos dos profissionais responsáveis pela fase das visitas técnicas.

3.9.9.2.1. A nota final será calculada pela média aritmética das notas recebidas. As notas e a classificação geral das iniciativas não serão divulgadas.

3.9.9.3. A CONTRATADA é responsável pela indicação dos membros da COMISSÃO DE JULGAMENTO, sendo composta por:

Consultores externos e/ou representantes da instituição CONTRATADA;

3.9.9.3.1. A COMISSÃO DE JULGAMENTO deve estar constituída em número suficiente para atender ao volume de iniciativas a serem analisados e julgados, respeitado o número mínimo de 03 (três) membros, cuja capacitação acadêmica e técnica mínima deverá ser:

3.9.9.3.1.1. Função: Avaliador na COMISSÃO DE JULGAMENTO.

3.9.9.3.1.2. Equipe mínima: 03 (três) profissionais.

3.9.9.3.1.3. Qualificação acadêmica: Superior completo em áreas do conhecimento relacionadas a Políticas Públicas (Administração, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia, Relações Internacionais, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais Aplicadas e correlatas), e com pós-graduação nesta mesma área do conhecimento e/ou em gestão de projetos.;

3.9.9.3.1.3.1. Pelo menos 1 (um) integrante da COMISSÃO DE JULGAMENTO deve possuir, comprovadamente, formação em nível de mestrado e/ou doutorado no campo de políticas públicas ou áreas correlatas.

3.9.9.3.1.3.2. Qualificação técnica: Experiência de, no mínimo:

3.9.9.3.1.3.2.1. 06 meses em cargos de liderança ou cargos executivos em relações governamentais, relações institucionais, e;

3.9.9.3.1.3.2.2. 06 meses em cargos de liderança na gestão pública e/ou em cargos de liderança no legislativo ou executivo municipal, estadual e/ou federal, ou ainda, em cargos executivos em organizações da sociedade civil ou entidade sem fins lucrativos cuja competência esteja relacionada ao campo de públicas, e;

3.9.9.3.1.3.2.3. 06 meses na liderança de equipes e/ou processos de avaliação de políticas públicas, preferencialmente na promoção da melhoria do ambiente de negócios.

3.9.9.4. Serão realizadas reuniões da COMISSÃO DE JULGAMENTO, para fins de avaliação dos resultados coletados nas fases anteriores, sendo utilizados os critérios mínimos abaixo:

3.9.9.4.1. Desclassificação de iniciativas sem confirmação/evidência de realização da ação descrita.

3.9.9.4.2. Apuração dos melhores resultados alcançados.

3.9.9.4.3. Abrangência dos resultados alcançados.

3.9.9.4.4. Atendimento ao público-alvo.

3.9.10. Ao final da apuração das 27 (vinte e sete) iniciativas finalistas, a CONTRATADA deverá elaborar e disponibilizar ao SEBRAE-SP, um **Relatório Técnico de Julgamento**, contendo, minimamente:

3.9.10.1.1. Identificação da respectiva fase de análise/comissão a que se refere;

3.9.10.1.2. Identificação dos membros da comissão;

3.9.10.1.3. O nome, abrangência e escopo da iniciativa analisada;

3.9.10.1.4. Seleção das 27 (vinte e sete) iniciativas mais bem pontuadas, com uma breve justificativa para a pontuação;

3.9.10.1.5. Classificação da primeira, segunda e terceira iniciativas mais bem pontuadas por categoria, totalizando 27 (vinte e sete) iniciativas, distribuídas em 09 (nove) categorias.

3.9.10.2. A CONTRATADA deverá enviar, por meio eletrônico, o **Relatório Técnico de Julgamento**, cabendo ao SEBRAE-SP verificar a conformidade do documento para sua aprovação.

4. LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA

4.1. As atividades de análise da COMISSÃO DE PRÉ-SELEÇÃO e da COMISSÃO DE JULGAMENTO poderão ser realizadas nas dependências da CONTRATADA ou em qualquer outra localidade que a CONTRATADA julgar conveniente, desde que seguido o rigor da confidencialidade ensejado e garantida a inserção das informações geradas durante a execução de cada fase na plataforma oficial do PSPE, conforme regulamento da etapa estadual do XIII PSPE.

4.2. As atividades a serem desempenhadas durante a fase das visitas técnicas serão, obrigatoriamente, realizadas nas dependências da prefeitura ou qualquer outro equipamento público sede da iniciativa, conforme indicado pela respectiva prefeitura, desde que relevante para a apuração da premiação.

4.3. Os serviços prestados terão abrangência **ESTADUAL**, e a fase de visitas técnica poderá ser realizada em até 45 (quarenta e cinco) dos 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios pertencentes ao Estado de São Paulo.

4.3.1. O relato de visita técnica a ser inserido na plataforma oficial do PSPE deverá ser assinado pelo representante do município.

4.4. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma de execução dos trabalhos, conforme abaixo especificado, sob pena de multa por descumprimento contratual, salvo em decorrência de problemas fora da alçada das entidades envolvidas, com as devidas e pertinentes justificativas apresentadas por escrito.

FASES	DATAS
Inscrição	06 de agosto até 24 de novembro de 2025
Habilitação	Data seguinte a data da Reunião de Alinhamento até 09 de dezembro de 2025
Solicitação de Recursos	11 a 12 de dezembro de 2025
Julgamento de Recursos	13 a 16 de dezembro de 2025
Pré-Seleção	17 de dezembro de 2025 até 19 de janeiro 2026
Visita Técnica	20 de janeiro até 26 de fevereiro de 2026
Julgamento Estadual	01 de março até 15 de março de 2026
Premiação Estadual	Entre os dias 01 e 16 de abril de 2026

4.5. As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da CONTRATANTE.

5. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS

5.1. O SEBRAE-SP fará o acompanhamento de todos os serviços descritos em todas as fases da prestação do serviço, por meio de reuniões solicitadas pelo SEBRAE-SP.

5.2. O fornecimento do serviço será acompanhado pelo SEBRAE-SP durante toda a vigência contratual. E as entregas deverão ser aprovadas pelo SEBRAE-SP antes do faturamento.

5.3. O SEBRAE-SP poderá vistoriar os serviços conforme sua necessidade e conveniência, ficando a CONTRATADA obrigada a passar todas as orientações e posicionamentos referentes aos serviços, sempre que solicitado.

5.4. Os itens constantes no presente instrumento serão considerados aceitos pelo SEBRAE-SP somente após entrega dos documentos comprobatórios da execução e termo de aceite assinado pelo SEBRAE-SP, devendo os mesmos estarem em conformidade com as especificações exigidas no presente instrumento.

5.5. Em caso de rejeição, total ou parcial, a CONTRATADA deverá reparar as não conformidades, de acordo com a necessidade de atendimento do cronograma, e certificar-se que o item reparado atende aos requisitos do presente instrumento.

5.6. Em hipótese alguma serão aceitos serviços em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.7. A CONTRATADA deverá corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção, decorrente de execução irregular, no emprego ou fornecimento de serviços inadequados.

5.8. Todas as despesas necessárias para efetivar a correção ficarão a cargo da CONTRATADA.

5.9. Caberá ao SEBRAE-SP proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento dos objetos, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA. Para tanto, o SEBRAE-SP poderá, a seu critério, acompanhar e auditar a execução dos Contratos, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por meio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.

5.10. A fiscalização do SEBRAE-SP não afeta, diminui ou substitui a responsabilidade da CONTRATADA, decorrente das obrigações assumidas. A administração do SEBRAE-SP procederá à avaliação quantitativa e qualitativa dos serviços prestados, cabendo à CONTRATADA dirimir as dúvidas que porventura surgirem.

6. DOCUMENTAÇÃO ENTREGÁVEL

6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, por meio eletrônico, os Relatórios estipulados para cada fase da COMISSÃO DE PRÉ-SELEÇÃO e da COMISSÃO DE JULGAMENTO, devidamente assinados por responsável técnico, conforme o seguinte cronograma de entregas:

FASES	ENTREGÁVEL	QUANTIDADE	INICIATIVAS ANALISADAS	PRAZO
Análise da Comissão de Pré-Seleção para fase de HABILITAÇÃO	RELATÓRIO TÉCNICO DE HABILITAÇÃO	1	Até 300	15/12/2025
Análise da Comissão de Pré-Seleção para fase de PRÉ - SELEÇÃO	RELATÓRIO TÉCNICO DE PRÉ-SELEÇÃO	1	Até 300	26/01/2026
Realização das Visitas Técnicas	RELATÓRIO DE VISITAS TÉCNICAS	1	45	05/03/2026
Análise da Comissão de Julgamento	RELATÓRIO TÉCNICO DE JULGAMENTO	1	27	18/03/2026

6.2. Em caso de ser identificada alguma inconsistência em qualquer um dos Relatórios previstos nas fases descritas anteriormente, a CONTRATADA deverá realizar a revisão do documento e providenciar o reenvio ao SEBRAE-SP, em um prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da comunicação formal, para aprovação.

6.3. As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da CONTRATANTE.

7. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

7.1. Compete a CONTRATADA comunicar a equipe técnica sobre o compartilhamento dos dados pessoais com o SEBRAE, nos termos do art. 9, da LGPD- Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018);

7.2. Compete ao SEBRAE definir o método de compartilhamento das informações pessoais tratadas durante a execução do contrato.

7.3. Na hipótese de edição de novas leis, alteração da LGPD ou publicações de novos regulamentos, resoluções, orientações técnicas ou quaisquer outros atos normativos pela ANPD – Agência Nacional de Proteção de Dados ou por outro órgão competente, que alterem ou complementem as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, as PARTES se obrigam em prazo razoável, promover as adaptações necessárias neste contrato, inclusive mediante a celebração de aditivos contratuais, com o objetivo de assegurar a conformidade dos tratamentos de dados pessoais com o novo regramento.

7.4. O descumprimento da obrigação prevista no item anterior poderá ensejar a rescisão do contrato e a aplicação das penalidades nele previstas.

7.5. A CONTRATADA deverá informar o SEBRAE se utiliza ferramentas com inteligência artificial para cumprir com as obrigações contratuais assumidas

8. OBRIGAÇÕES DO SEBRAE-SP

- 8.1.** Designar um funcionário como gestor do contrato, que servirá de contato junto à CONTRATADA para gestão, acompanhamento e esclarecimentos que porventura se fizerem necessários durante a vigência contratual.
- 8.2.** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 01 (um) dia útil.
- 8.3.** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 8.4.** Proporcionar as facilidades necessárias para que a empresa CONTRATADA possa prestar os serviços dentro das normas estabelecidas pelo SEBRAE-SP.
- 8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA pela prestação do serviço.
- 8.6.** Acompanhar, fiscalizar e auditar a execução dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por meio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.
- 8.7.** Avaliar a qualidade dos serviços, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com o constante deste instrumento, reservando-se o direito de suspender o pagamento da CONTRATADA até que os serviços sejam executados em conformidade com o contrato.
- 8.8.** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.
- 8.9.** Fica assegurado ao SEBRAE-SP o direito de exigir e obter imediatamente a substituição de qualquer empregado e/ou preposto da CONTRATADA, notadamente quando verificada a falta de qualificação, zelo e dedicação na execução das tarefas, ou outros comportamentos que prejudiquem as atividades e resultados pertinentes ao objeto deste instrumento.

9. ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 9.1.** As estimativas de quantidades constituem mera previsão dimensionada, não estando o SEBRAE-SP obrigado a realizá-las em sua totalidade e não cabendo a CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização. Portanto, o SEBRAE-SP se reserva ao direito de, a seu critério, ultrapassar, utilizar ou não as quantidades previstas.
- 9.2.** A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação às quantidades efetivamente consumidas, o que será comprovado através das entregas efetuadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo SEBRAE-SP.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. As entregas acordadas para cada fase da prestação dos serviços deverão ser encaminhadas ao SEBRAE-SP, juntamente com os documentos comprobatórios para sua conferência e aceite. As notas fiscais deverão ser emitidas pela CONTRATADA apenas após o aceite do SEBRAE-SP.

10.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da emissão das notas fiscais.

10.3. O SEBRAE-SP não aceitará recibo como documento fiscal.

Em caso de irregularidade(s) no(s) item(s) do(s) serviço(s) e produto(s) entregue(s) e/ou na documentação fiscal, e/ou em qualquer dos documentos descritos pelo item anterior, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) à(s) regularização(ões) e posterior aceite e autorização para emissão da nota fiscal.

10.4. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA. Para tanto, a mesma deverá indicar o nome do banco, o número e o nome da agência, o número da conta corrente de sua titularidade e o tipo da conta, nos moldes da declaração do ANEXO - DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A prestação dos serviços terá vigência de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 36 do RLCSS.

ANEXO – FICHA DE VISITA TÉCNICA

FICHA DE VISITA TÉCNICA

1.

Data da visita técnica

*

___/___/___

Informe dia/mês/ano de realização da visita técnica

2. Tempo de duração da visita técnica *

___:___

estime horas/minutos

3. Pessoas responsáveis pela visita técnica *

Nome completo	Cargo/função	Instituição

4. Entrevistas realizadas com a equipe responsável pela iniciativa *

Nome completo	Cargo/função	Relato

5. Entrevistas realizadas com parceiros ou entidades envolvidas na iniciativa *

Nome completo	Cargo/função	Instituição	Relato

6.

Entrevistas realizadas com as pessoas beneficiadas pela iniciativa

*

Nome completo	Perfil	Relato

7. Locais visitados *

Nome do local	Avaliação/comentários

8. Materiais analisados *

Nome/tipo do material	Análise ou comentários	Link para acesso ao documento

9. As ações observadas in loco estão de acordo com o que foi informado no Formulário de inscrição? *

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Parcialmente;

Se houver divergência, especifique:

10. Os resultados observados in loco estão de acordo com o que foi informado no Formulário de inscrição? *

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Parcialmente;

Se houver divergência, especifique:

11. Faça um relato geral sobre o que você observou em campo, no que diz respeito à implementação da iniciativa (até 550 caracteres) *

12. Há perspectiva de continuidade da iniciativa? *

- ☐ Sim;
- ☐ Não;

Comente sua resposta (em até 550 caracteres)

13.

Faça um breve relato sobre a equipe responsável pela iniciativa (até 550 caracteres) *

14.

Quais melhorias você sugeriria? (até 550 caracteres)

*

15. Em sua perspectiva, qual a relevância da iniciativa, em termos econômicos, sociais e/ou ambientais? Justifique (em até 350 caracteres) *

- ☐ Muito relevante;
- ☐ Relevante;
- ☐ Pouco relevante;
- ☐ Irrelevante;
- ☐ A iniciativa não existe ou não tem resultados práticos identificados;

Justifique (em até 350 caracteres)

16. Anexe até 5 arquivos com evidências coletadas durante a Visita Técnica *

Arquivo:



O arquivo deve possuir formato igual a DOC, DOCX, XLS, XLSX, PDF, JPG, JPEG ou PNG e tamanho máximo de 100 MB.

Nome do arquivo:

Descrição do arquivo:

17. Relacione até 3 links para acesso a vídeo e/ou áudio referente à visita técnica

Link	Breve descrição do conteúdo	Análise e/ou comentários sobre o conteúdo

18. Comentários adicionais (até 1.000 caracteres)

19. Qual sua avaliação geral sobre a iniciativa? *

- ☐ Aprovada;
- ☐ Reprovada;



ANEXO

REGULAMENTO 2025/2026 - Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora

Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1datS_mpCnD4-_32NmVLhE6NFIMFGoKtB/view?usp=sharing

ANEXO - MATRIZ AVALIATIVA

A partir das informações disponibilizadas pelas prefeituras, cada avaliador deverá pontuar a iniciativa com nota de 0 a 2 (zero a dois), em cada um dos critérios definidos no Anexo - Critérios Avaliativos, sendo:

Nota 0: caso o critério não seja cumprido;

Nota 0,1 a 0,5: caso o critério seja parcialmente cumprido;

Nota 0,6 a 1: caso o critério seja satisfatoriamente cumprido;

Nota 1,1 a 2: caso o critério seja cumprido com excelência;

Cada iniciativa será avaliada por, no mínimo, 02 (dois) avaliadores em cada uma das fases.

O Sistema do PSPE calculará a média aritmética simples das notas que cada avaliador conferir à iniciativa em cada uma das fases.

Cada iniciativa poderá alcançar, no máximo, nota 18 (dezoito) de cada avaliador(a) (referente à soma da nota máxima em cada um dos 09 (nove) critérios).

ANEXO - CRITÉRIOS AVALIATIVOS

CRITÉRIO AVALIATIVO		CAIXA DE AJUDA DO AVALIADOR
1	Impacto nos negócios locais	A iniciativa melhora/apoia/transforma/beneficia/estimula, efetivamente, os pequenos negócios e contribui para o desenvolvimento local/territorial? Os objetivos estão alinhados com as necessidades e desafios enfrentados pelos pequenos negócios? Os pequenos negócios foram, de alguma forma, envolvidos na iniciativa (seja na concepção ou na implementação)? A iniciativa apresenta ações específicas, financiamento ou resultados específicos relacionados aos pequenos negócios? Qual é o impacto direto (tanto quantitativo quanto qualitativo) da iniciativa nos negócios locais? Esses impactos são mensuráveis? Lembre-se que uma iniciativa pode transformar a realidade mesmo na escala microlocal.
2	Relevância do problema abordado	A iniciativa é relevante dentro do contexto em que está sendo proposta? Aborda uma necessidade real ou um problema identificado em diálogo com o público que será beneficiado? Foi feito algum diagnóstico ou consulta para identificação do problema? É importante analisar o caminho escolhido e refletir sobre sua relevância para o desenvolvimento econômico, social ou cultural do município. Para que um problema seja considerado relevante, ele deve estar vinculado às necessidades e demandas do público impactado pelo problema, deve dialogar com as demandas sociais e é desejável que o problema que a iniciativa pretende resolver dialogue, ainda, com outras políticas públicas a nível municipal, estadual ou federal;
3	Inovação e criatividade	Em 2004, a OCDE definiu inovação como "um produto ou processo, novo ou aprimorado (ou uma combinação dos dois), que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da empresa (privada ou pública), e que foi colocado em prática". Inovação e criatividade são capacidades cada vez mais valorizadas no setor público e podem ser desenvolvidas em diferentes contextos. Nesse sentido, avalie se a iniciativa apresenta características, abordagens, ideias ou soluções que ainda não são amplamente conhecidas ou utilizadas. Verifique se a iniciativa introduz uma nova tecnologia, uma nova maneira de abordar um problema, um novo "modo de fazer" ou uma nova combinação de ideias existentes. A iniciativa apresenta soluções não convencionais? É capaz de gerar novas ideias? Avalie também seu grau de simplicidade; uso de tecnologia (inclusive tecnologia social). Envolve o uso inusitado/inovador de recursos já disponíveis para melhorar ou criar processos, produtos e/ou método? Cria alguma solução original? Envolve algum tipo de inovação na linguagem e/ou nas formas e canais de comunicação?
4	Sustentabilidade	O conceito de sustentabilidade envolve a integração de preocupações ambientais, sociais e econômicas, visando à utilização responsável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais, o respeito aos direitos humanos e a promoção do bem-estar social. Governos e empresas têm sido cada vez mais cobrados com relação à adoção de critérios ESG, que visa avaliar o desempenho e a responsabilidade das empresas e dos governos em relação a três pilares: ambiental, social e de governança. Considere se a iniciativa em análise possui uma abordagem sustentável, tanto do ponto de vista econômico, ambiental e social. Avalie se ela promove práticas comerciais responsáveis, se usa os recursos de forma eficiente, se promove a proteção ambiental, se estimula a resiliência a mudanças ambientais, se contribui para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da comunidade local a longo prazo.
5	Impacto Econômico	A partir dos dados fornecidos pela Prefeitura, avalie os impactos econômicos da iniciativa no contexto de implementação (local). Foi indicado algum aumento de produção, economia, redução de custos? É possível avaliar o custo-benefício? Verifique se o montante investido justifica os resultados alcançados. Analise se a iniciativa contribui para a diversificação da economia local, a criação de novas oportunidades de negócios, o fortalecimento dos pequenos negócios, a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades econômicas, o desenvolvimento de algum setor econômico específico, etc. Valorize iniciativas com resultados mensuráveis. Verifique, ainda, a capacidade de captação de recursos de parceiros e verifique se os recursos (financeiros, econômicos, humanos, tecnológicos) foram utilizados de forma eficiente.
6	Participação & Inclusão	Avalie o alcance social da iniciativa; verifique se há foco nas pessoas e impactos positivos para os cidadãos. Houve envolvimento da comunidade? A iniciativa prevê mecanismos de escuta ou participação? As pessoas tiveram oportunidade de participar ativamente? Avalie a capacidade de atendimento às demandas sociais; capacidade de produção do bem comum; relevância do público alcançado; criação ou não de mecanismos de promoção da equidade e diversidade. Considere se a iniciativa promove a inclusão de grupos sub-representados (comunidades periféricas, comunidade LGBTQIAP+, mulheres, juventude, povos originários, etc.)
7	Capacidade de atuação em rede	Verifique se a iniciativa estabelece redes, parcerias e colaborações entre diferentes atores, como outros órgãos estatais, setor privado, organizações da sociedade civil organizada/terceiro setor, instituições acadêmicas, comunidade local. Analise se a iniciativa envolve ou estimula o trabalho em rede e a cooperação com outros atores do desenvolvimento para fortalecer o ambiente de negócios e o empreendedorismo;
8	Potencial de Inspiração	Verifique se a iniciativa possui potencial de ser disseminada, replicada ou escalada em outros contextos, para outros públicos ou em outras regiões. Analise se ela pode servir como inspiração para outras comunidades ou para o desenvolvimento de novas ideias e se os seus resultados podem ser adaptados ou reproduzidos em contextos diferentes. Verifique ainda se a iniciativa desperta emoções positivas e/ou motiva as pessoas a agir. Tem propósito? Desperta interesse e admiração? Envolve narrativas e/ou lideranças inspiradoras?
9	Comunicação & transparência	Avalie a clareza e a efetividade da comunicação da iniciativa com os empreendedores locais, os servidores ou a comunidade em geral. Verifique se são fornecidas informações atualizadas aos envolvidos na iniciativa (colaboradores, parceiros ou beneficiários), se os resultados são publicizados e se há transparência na divulgação. Considere se a iniciativa mantém canais abertos e acessíveis para receber feedback, responder dúvidas ou fornecer orientações. Avalie, ainda, se prevê mecanismos de transparência e controle social?
10	Avaliação & Monitoramento	Considere se a iniciativa possui mecanismos de monitoramento e avaliação para medir seu impacto e garantir a melhoria contínua ou gerar insumos para novas iniciativas. Verifique se a iniciativa coleta dados quantitativos ou informações qualitativas relevantes, se estabelece indicadores de desempenho e se realiza análises periódicas para avaliar seu progresso e seus impactos.



ANEXO - PROPOSTA COMERCIAL

Ao

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - SEBRAE-SP

Processo nº XXXX/2025

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Identificação da empresa proponente

Razão Social: Endereço:

Telefone e fax:

E-mail:

Nome do representante legal:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO DAS INICIATIVAS	Unitário	300		
2	SERVIÇO DE VISITAS TÉCNICAS	Unitário	45		
3	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - JULGAMENTO	Unitário	27		
VALOR TOTAL (R\$)					

São Paulo, xx de xx de xx.

Assinatura do representante legal da empresa

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

TERMO DE REFERÊNCIA PSPE - Avaliação - 2025 - VFinalFinal (com ajuste 27)

O documento acima foi proposto para assinatura digital através da plataforma de assinaturas do SEBRAE. Para verificar a autenticidade das assinaturas clique neste link

<https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#!/search?codigo=C0-10-B7-22-DB-C9-E8-33-61-F4-AF-1B-86-8A-4A-95-5C-39-B5-79> acesse o site

<https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#!/search> e digite o código abaixo:

CÓDIGO: C0-10-B7-22-DB-C9-E8-33-61-F4-AF-1B-86-8A-4A-95-5C-39-B5-79

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status é(são):

Fernanda Goncalves Coimbra da Silva - 442.*.***-26** - 02/12/2025 10:45:03

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 170.***.***.**0

Silvia Alzira Abeid Furio - 068.*.***-00** - 02/12/2025 10:47:41

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 170.***.***.**3



Aline Evelyn Lopes Gomide Assis

De: Projetos FESPSP <projetos@fespsp.org.br>
Enviado em: terça-feira, 28 de outubro de 2025 18:15
Para: Aline Evelyn Lopes Gomide Assis
Cc: Valéria Cusinato Bomfim; Thaina Gonçalves Assoni; Ricardo Pereira da Silva; Maria Cristina Angelim Barboza; Ricardo Pinheiro da Silva
Assunto: SEBRAE-SP - (Processo 1725/2025) - Encaminhamento Proposta FESPSP n. 142/2025 - versão ajustada
Anexos: DP 526.2025_SEBRAE-SP_Proc. 1725.2025_Envio Proposta FESPSP n. 142.2025 _ajustadaa pdf-D4Sign.pdf

Prezada Senhora, boa tarde.

Pelo presente, em atendimento a solicitação de Vossa Senhoria, encaminhamos, em anexo, o ofício FESPSP/DP/526/2025 o qual apresenta a Proposta Comercial FESPSP n. 142/2025 - versão ajustada.

Por fim, agradecemos ao convite e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

THAINA GONÇALVES ASSONI

Supervisora administrativo e Operacional de Projetos

Coordenação de Projetos

Fone: 11 3123-7800 - ramal 923 | www.fespsp.org.br



Em seg., 27 de out. de 2025 às 17:08, Aline Evelyn Lopes Gomide Assis <alineelga@sebraesp.com.br> escreveu:

Classificação: RESTRITA

Boa tarde, @Projetos FESPSP.

Consegue mencionar os valores unitários na proposta comercial?

Aguardo.

Atenciosamente.



Aline Gomide
Aquisições e Credenciamento
Telefone +55 11 3177- 4698



De: Projetos FESPSP <projetos@fespsp.org.br>

Enviada em: terça-feira, 21 de outubro de 2025 16:36

Para: Aline Evelyn Lopes Gomide Assis <alineelga@sebraesp.com.br>

Cc: Valéria Cusinato Bomfim <vbomfim@fespsp.org.br>; Thaina Gonçalves Assoni <tgoncalves@fespsp.org.br>; Ricardo Pereira da Silva <rpereira@fespsp.org.br>; Maria Cristina Angelim Barboza <barboza@fespsp.org.br>

Assunto: Re: SEBRAE-SP - (Processo 1725/2025) - Encaminhamento Proposta FESPSP n. 142/2025

Prezada Aline,

Agora com os anexos.

Atenciosamente,

THAINA GONÇALVES ASSONI

Supervisora administrativo
e Operacional de Projetos
Coordenação de Projetos
Fone: 11 3123-7800
- ramal 923 |
www.fespsp.org.br



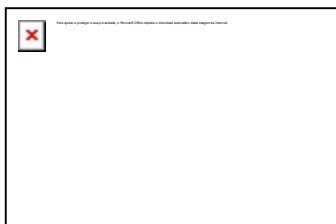
Em ter., 21 de out. de 2025 às 16:32, Aline Evelyn Lopes Gomide Assis
<alineelga@sebraesp.com.br> escreveu:

Classificação: RESTRITA

Boa tarde, @Projetos FESPSP.

Não recebi o anexo.

Atenciosamente.



Aline Gomide
Aquisições e Credenciamento
Telefone +55 11 3177- 4698



De: Projetos FESPSP <projetos@fespsp.org.br>

Enviada em: terça-feira, 21 de outubro de 2025 16:16

Para: Aline Evelyn Lopes Gomide Assis <alineelga@sebraesp.com.br>

Cc: Valéria Cusinato Bomfim <vbomfim@fespsp.org.br>; Thaina Gonçalves Assoni <tgoncalves@fespsp.org.br>;
Ricardo Pereira da Silva <rpereira@fespsp.org.br>; Maria Cristina Angelim Barboza <barboza@fespsp.org.br>

Assunto: SEBRAE-SP - (Processo 1725/2025) - Encaminhamento Proposta FESPSP n. 142/2025

Prezada Senhora, boa tarde.

Pelo presente, em atendimento a solicitação de Vossa Senhoria, encaminhamos, em anexo, o ofício FESPSP/DP/497/2025 o qual apresenta a Proposta Comercial FESPSP n. 142/2025.

Pedimos desculpas pelo atraso, a FESPSP enfrentou problemas técnicos na rede de arquivos internos acarretando problemas nos encaminhamentos.

Por fim, agradecemos ao convite e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

THAINA GONÇALVES ASSONI

Supervisora administrativo e Operacional de Projetos

Coordenação de Projetos

Fone: 11 3123-7800 - ramal 923 | www.fespssp.org.br



Em ter., 14 de out. de 2025 às 09:43, Aline Evelyn Lopes Gomide Assis
<alineelga@sebraesp.com.br> escreveu:

Classificação: RESTRITA

Bom dia, Prezados!

Segue solicitação de proposta comercial para Contratação de empresa especializada para subsidiar o SEBRAE-SP na análise, avaliação e julgamento de iniciativas de implementação de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, no escopo do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora XIII - Edição 2025/2026, contemplando as fases de habilitação, pré-seleção, visitas técnicas e julgamento.

Anexo termo de referência, preencher os valores unitários conforme tabela no termo de referência.

Solicitamos o envio da proposta comercial **até 20/10/2025**.

Em caso de dúvidas, estamos à disposição.

Atenciosamente,



Aline Gomide
Aquisições e Credenciamento
Telefone +55 11 3177- 4698



Atenção: Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

Atenção: Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

Atenção: Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

Atenção: Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

Atenção: Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

Atenção: Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

FESPSP/DP/526/2025

São Paulo, 28 de outubro de 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-SP

Rua Vergueiro, 1117 - Paraíso, São Paulo - SP, 01504-000.

AT: SRA. ALINE EVELYN LOPES GOMIDE ASSIS
AQUISIÇÕES E CREDENCIAMENTO

REF: Termo de Referência – Processo 1725/2025 para contratação de empresa especializada para subsidiar o SEBRAE-SP na análise, avaliação e julgamento de iniciativas de implementação de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, no escopo do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora XIII Edição 2025/2026, contemplando as fases de habilitação, pré-seleção, visitas técnicas e julgamento, assim como e-mail de 27 de outubro de 2025.

ASSUNTO: Encaminhamento da Proposta FESPSP n. 142/2025

Prezada Senhora,

Pelo presente, em atendimento a solicitação de Vossa Senhoria, apresentamos, no Anexo I a versão ajustada da Proposta Comercial FESPSP n. 142/2025 para contratação de empresa especializada para subsidiar o SEBRAE-SP na análise, avaliação e julgamento de iniciativas de implementação de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, no escopo do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora XIII Edição 2025/2026, contemplando as fases de habilitação, pré-seleção, visitas técnicas e julgamento, elaborada em conformidade com o Termo de Referência em epígrafe.

Por fim, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos, e apresentamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RICARDO PEREIRA DA SILVA
DIRETOR FINANCEIRO



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

ANEXO I – PROPOSTA COMERCIAL FESPSP N. 142/2025

AO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO - SEBRAE-SP

Processo nº 1725/2025

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Identificação da empresa proponente:

Razão Social: FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Endereço: Rua General Jardim, 522, Vila Buarque, São Paulo/SP.

Telefone e fax: (11) 3123-7800

E-mail: projetos@fespsp.org.br

Nome do representante legal: Ricardo Pereira da Silva

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - HABILITAÇÃO E PRÉ-SELEÇÃO DAS INICIATIVAS	Unitário	300	R\$ 2.560,00	R\$ 768.000,00
2	SERVIÇO DE VISITAS TÉCNICAS	Unitário	45	R\$ 3.466,67	R\$ 156.000,00
3	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO - JULGAMENTO	Unitário	27	R\$ 4.897,78	R\$ 132.240,00
VARLOR TOTAL (R\$)					R\$ 1.056.240,00

Informamos que estamos considerando no orçamento o total de 27 iniciativas na fase julgamento, e não 45 como está previsto no modelo de orçamento, em concordância com os seguintes itens do TR:

3.5. Na fase das visitas técnicas, serão analisadas as 45 (quarenta e cinco) iniciativas selecionadas previamente, considerando a análise da documentação enviada pela plataforma oficial do PSPE e os registros realizados nas visitas *in loco*, de modo a possibilitar a definição das 27 (vinte e sete) iniciativas que seguirão para a fase posterior, sendo estas as 03 (três) iniciativas melhor classificados em cada uma das 09 (nove) categorias.



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Considerando a natureza jurídica da FESPSP - de entidade privada sem fins lucrativos – e as suas finalidades institucionais e estatutárias, incluindo, mas não se limitando à (i) estimular o estudo das Ciências Sociais e afins; (ii) pesquisar e avaliar as condições e problemas da sociedade e (iii) celebrar parcerias e convênios com a Administração Pública, empresas privadas e organizações do Terceiro Setor, para a formação de pessoal, verifica-se que a FESPSP se enquadra para a contratação direta via dispensa de licitação para execução dos serviços objeto desta proposta.

Prazo de Execução: 6 (seis) meses para todas as atividades previstas.

Atenciosamente,

RICARDO PEREIRA DA SILVA
DIRETOR FINANCEIRO

526 - SEBRAE-SP Proc 1725 2025 - Encaminhamento Proposta FESPSP n 142 2025 ajustada pdf

Código do documento 07f83c24-c526-4629-801f-95e586219a23



Assinaturas



ricardo pereira da silva
rpereira@fespsp.org.br
Assinou

Ricardo Pereira

Eventos do documento

28 Oct 2025, 17:40:49

Documento 07f83c24-c526-4629-801f-95e586219a23 **criado** por THAINÁ GONÇALVES ASSONI (010582ee-dfab-4e81-b5db-1c4d71b01d5c). Email: tgoncalves@fespsp.org.br. - DATE_ATOM: 2025-10-28T17:40:49-03:00

28 Oct 2025, 17:42:58

Assinaturas **iniciadas** por THAINÁ GONÇALVES ASSONI (010582ee-dfab-4e81-b5db-1c4d71b01d5c). Email: tgoncalves@fespsp.org.br. - DATE_ATOM: 2025-10-28T17:42:58-03:00

28 Oct 2025, 17:49:36

RICARDO PEREIRA DA SILVA **Assinou** (ab7c1cd1-87be-4768-ad22-84c9a5c7c72d) - Email: rpereira@fespsp.org.br - IP: 187.9.103.146 (187-9-103-146.customer.tdatabrasil.net.br porta: 21602) - Documento de identificação informado: 355.420.126-04 - DATE_ATOM: 2025-10-28T17:49:36-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5783aa689e4e13de353d4c8dfe9d1073b18e2b0bfc89a92b85e47561170ec4da

(SHA512):ae2bcad963c34f6bd1a8425c83142af2454d2037882a9dfb831bae6cef80e22dd293dcc7ca80825a923387ded61e4a0474c72b6f588ea4f99a2eadb8c89b7cf

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

VF - CONTRATO nº 037.2025- Contratação FESP - PSPE 2025-2026

O documento acima foi proposto para assinatura digital através da plataforma de assinaturas do SEBRAE. Para verificar a autenticidade das assinaturas clique neste link

<https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#!/search?codigo=CC-40-28-18-DA-C4-11-9A-8C-30-CD-66-8D-29-A5-D1-F9-6C-BF-2B> acesse o site

<https://assinaturadigital.sebrae.com.br/verificadorassinaturas/#!/search> e digite o código abaixo:

CÓDIGO: CC-40-28-18-DA-C4-11-9A-8C-30-CD-66-8D-29-A5-D1-F9-6C-BF-2B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status é(são):

RICARDO PEREIRA DA SILVA - 355.*.***-04** - 12/12/2025 11:01:44

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 201.***.***.**6

Angelo Del Vecchio - 692.*.***-82** - 12/12/2025 11:03:31

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 187.***.***.**6

Reinaldo Pedro Correa - 813.*.***-20** - 12/12/2025 11:10:26

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 170.***.***.**0

Marco Antonio Scarasati Vinholi - 326.*.***-62** - 16/12/2025 09:07:29

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 190.***.***.**4

Nelson de Almeida Prado Hervey Costa - 251.*.***-80** - 16/12/2025 09:46:57

Status: Assinado eletronicamente, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 170.***.***.**3

PROTOCOLO DE TESTEMUNHA(S)

Fernanda Goncalves Coimbra da Silva - 442.*.***-26** - 10/12/2025 10:43:49

Status: Assinado eletronicamente como testemunha, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 170.***.***.**0

Thaina Gonçalves Assoni - 356.*.***-84** - 12/12/2025 11:09:50

Status: Assinado eletronicamente como testemunha, mediante senha de rede, pessoal e intransferível

IP: 187.***.***.**6

